

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS – IFCH
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA
GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

PEDRO VARGAS FERNANDES

**SÃO PAULO 2000 – CRESCIMENTO, POBREZA E VIOLÊNCIA: uma
investigação sobre as causas da mortalidade por homicídio na conjuntura
de ascensão da criminalidade organizada.**

Porto Alegre, 2009

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS – IFCH
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA
COMISSÃO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

PEDRO VARGAS FERNANDES

**SÃO PAULO 2000 – CRESCIMENTO, POBREZA E VIOLÊNCIA: uma
investigação sobre as causas da mortalidade por homicídio na conjuntura
de ascensão da criminalidade organizada.**

Monografia submetida ao
Departamento de Sociologia para a
obtenção do título de Bacharel em
Ciências Sociais.

**Orientador: Prof. Dr. Juan Mario
Fandiño Mariño.**

Porto Alegre, 2009

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS**

A Banca Examinadora resolveu atribuir conceito ao
aluno Pedro Vargas Fernandes na disciplina HUM 04823, Trabalho de Conclusão em
Sociologia, pela apresentação deste trabalho.

Banca Examinadora:

Prof. Juan M. Fandiño Mariño, Dr.
(Orientador)

Prof. César Marcello Baquero Jacome, Dr.
(Membro)

Prof. Marcelo Kunrath , Dr.
(Membro)

Porto Alegre, ____ de _____ de 2009.

Ao Professor Juan Mario Fandiño Mariño, pela atenção dispensada ao longo do processo de trabalho e durante toda graduação, por sua amizade, suporte e confiança que depositou em mim durante esses anos. Aos membros da banca, Prof. Marcello Baquero e Prof. Marcelo Kunrath, por aceitarem o convite para avaliação da pesquisa, mas também pelas importantes lições que recebi destes enquanto aluno.

À minha família, pelo suporte e paciência, principalmente à Rafaela, minha namorada, e Regina, minha mãe. A meu pai Roberto, e Elisa. A Lucas, por sua grande amizade e pelos *insights* que invariavelmente influenciaram este trabalho.

“If you work for a living, why do you kill yourself working?”

[Tuco, *The Good, the Bad, and the Ugly*]

SUMÁRIO

LISTA DE ABREVIATURAS	7
LISTA DE TABELAS.....	8
LISTA DE ILUSTRAÇÕES	9
RESUMO	10
1. Introdução.....	11
1.1. Tema	11
1.2. Contextualização e Problema de pesquisa.....	11
1.3. Hipóteses de trabalho	14
1.4. Objetivos.....	15
1.4.1. Objetivo geral:.....	15
1.4.2. Objetivos específicos:.....	15
1.5. Procedimentos Metodológicos.....	16
1.5.1. Lógica dos indicadores	17
1.5.2. Definição das técnicas	19
1.5.2.1. Regressão Linear Mutivariada	20
1.5.2.2. Análise de trajetória	21
2. Revisão Bibliográfica	23
2.1. Condicionantes Socioeconômicos	23
2.2. Oportunidades <i>versus</i> condicionantes sócio-econômicos	25
2.3. Escolha Racional <i>versus</i> Condicionantes Sócio-Econômicos	26
2.4. Incentivos: Estresse econômico e Anomia Institucional	27
2.5. Desorganização Social	28
2.6. Crime Organizado e a Dinâmica Endógena de Reprodução da Criminalidade.....	29
3. Fundamentação teórica: algumas considerações.....	32
3.1. Definindo Crime Organizado.....	32
3.2. Crescimento e exclusão	34
3.3. Condicionantes Sócio-econômicos e Criminalidade Violenta.....	36
3.4. Crime Organizado e o Impacto nas Taxas de Homicídio	39
4. Análise dos Resultados.....	42
4.1. Diagnóstico da distribuição das taxas de homicídios.....	42
4.2. Diagnóstico preliminar de correlação entre as variáveis independentes.....	46
4.3. Regressão Linear Multivariada e a comparação de dois modelos	48
4.3.1. Dimensões operacionais da Desorganização Social.....	49
4.3.2. Dimensão do Estresse Econômico	51
4.4. Análise de Trajetória	53
4.4.1. Modelo identificado	56
5. Considerações Finais.....	60
6. Referências.....	66

LISTA DE ABREVIATURAS

AR – Teoria das Atividades Rotineiras

AT – Técnica de Análise de Trajetória

CFI – Índice de Adequação Comparativa ou *Comparative Fit Index*

DS – Teoria da Desorganização Social

EOI – Teoria da Estruturação das Oportunidades Ilegítimas

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IFI – Índice de Adequação Incremental ou *Incremental Fit Index*

NFI – Índice de Adequação Normal ou *Normed Fit Index*

PRO-AIM – Programa de Aprimoramento das Informações de Mortalidade no Município de São Paulo.

RFI – Índice de Adequação Relativa ou *Relative Fit Index*

RLM – Técnica de Regressão Linear Multivariada

SEHAB/HABI – Secretaria Municipal de Habitação do município de São Paulo.

SEMPLA/DIPRO – Secretaria Municipal de Planejamento de São Paulo.

TLI – Coeficiente de Tucker-Lewis

VIF – Fator Inflator da Variância ou *Variable Inflation Factor*

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Distritos mais e menos violentos de São Paulo.....	43
Tabela 2 - Distribuição geográfica das taxas de homicídio	45
Tabela 3 - Correlações de Pearson entre variáveis independentes	47
Tabela 4 - Resultado da regressão para Modelo 1	49
Tabela 5 - Coeficientes para Regressão com Modelo 1.....	50
Tabela 6 - Resultado regressão com Modelo 2.....	52
Tabela 7 - Coeficientes para regressão com o Modelo 2	53
Tabela 8 – Matriz Efeitos Diretos.....	55
Tabela 9 – Matriz Efeitos Indiretos	55
Tabela 10 - Matriz Efeitos Totais.....	56
Tabela 11 - Adequação do modelo aos dados.....	58
Tabela 12 - Efeitos Totais (modelo identificado)	58

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Modelo Hipotético de trajetórias	22
Figura 2 - Modelo Exploratório.....	54
Figura 3 - Modelo Identificado de Trajetória.....	57

RESUMO

A partir da década de 1990, a cidade de São Paulo como outras metrópoles brasileiras experimentou a ascensão de um novo fenômeno relacionado à criminalidade: a consolidação de organizações de criminosos formadas em torno do tráfico de entorpecentes, presentes significativamente nas áreas periféricas pobres e favelas. O aumento da violência, principalmente dos homicídios nestas áreas é um fato assumido pela sociedade e por pesquisadores do tema. Entretanto, mudando o perfil da criminalidade supostamente mudariam também suas causas sociais. É questionado como os prognósticos clássicos da criminalidade, que definem o criminoso e o crime como produto de seu contexto respondem a essa nova situação? Detectou-se que, apesar da mudança na realidade e no contexto de produção da criminalidade e da violência vinculada ao crime organizado, dimensões clássicas como pobreza, crescimento e um contingente de população jovem vulnerável ao crime ainda explicam a variação do homicídio. O fator pobreza, principalmente, afeta a estrutura de incentivos individuais à participação em atividades criminosas, em contraposição às oportunidades consideradas não criminosas.

Palavras-chave: homicídio; Cidade de São Paulo; crime organizado; crescimento; pobreza.

1. INTRODUÇÃO

1.1. TEMA

Mortalidade por homicídios nos distritos da cidade de São Paulo

1.2. CONTEXTUALIZAÇÃO E PROBLEMA DE PESQUISA

Em Maio de 2006, o Estado de São Paulo foi o centro do maior ataque de violência organizada contra civis e forças policiais que a história do Brasil registrou. Ao longo de quatro dias, 128 pessoas foram mortas e 59 feridas, entre membros de forças policiais, agentes penitenciários, civis e presidiários. Com arsenal composto por bombas caseiras, granadas e metralhadoras, criminosos atacaram delegacias de polícia, policiais, famílias de policiais, seguranças privados e civis. Nas ruas, bandidos destruíram ônibus de frotas de transporte coletivo. Dentro de presídios, destruíram instalações, torturaram agentes penitenciários e presos. É possível afirmar, sem nenhum exagero, que a situação vivida por São Paulo naqueles dias era comparável a um estado de guerra civil, tanto em termos de escala da violência, como pelos padrões dos ataques realizados.

O “Primeiro Comando da Capital”, conhecido pela sigla PCC, foi a organização criminosa por trás deste evento que começou em São Paulo e espalhou para outros estados do país. Aparte das motivações específicas dos criminosos para a realização dos ataques, que até o presente são razão de debate, o elemento que chama atenção neste evento é o alcance que uma ação criminosa organizada pôde alcançar.

Não é a primeira vez que uma organização de criminosos atinge este grau de importância para a segurança pública no país. Aproximadamente 15 anos atrás, o “Comando Vermelho”, grupo com origem no Rio de Janeiro, era notícia freqüente nos veículos de comunicação por envolvimento em chacinas, confrontos com policiais e ações criminosas organizadas. O Comando Vermelho continua sendo uma das maiores organizações criminosas do país, mas, atualmente, diversas organizações deste tipo, como o PCC, o “Terceiro Comando” ou “Amigos dos Amigos” coabitam o cenário da criminalidade urbana brasileira.

O que elas possuem em comum? Aparentemente, o fato de serem financiadas pelo tráfico de entorpecentes, estarem envolvidas com o contrabando internacional de armamentos e

terem origens em cenários urbanos de pobreza e marginalidade. Com raras exceções¹, essas organizações nasceram nas periferias e favelas de grandes metrópoles. Estas organizações surgem em comunidades pobres, precariamente instaladas, cujas oportunidades para trabalho, saúde e educação eram, em termos gerais, poucas ou inexistentes.

O impacto destas organizações criminosas nestas comunidades ainda está para ser medido, de maneira que se possam comparar as dinâmicas destas comunidades antes e depois da ascensão das organizações. É importante notar que o crime organizado nestes cenários é um fenômeno de diversas faces e conseqüências. Trata-se de um empreendimento econômico que, por maléfico que se possa definir, redistribui renda e oferece oportunidades. Sua estrutura é equivalente a de uma milícia. As regras de conduta dentro da organização são muito rígidas, as punições severas. E por se basear no uso da violência como principal forma de estruturação, na medida em que a organização cresce, crescem os níveis de violência das áreas nas quais esta atua.

Este contexto demonstra uma mudança não somente nos padrões de criminalidade urbana no país, mas também uma mudança no perfil dos criminosos. São estes criminosos mais organizados, melhor armados e cujas ações confrontam de maneira muito mais evidente a autoridade dos mecanismos institucionais de regulação e repressão. O significado teórico e social desse tipo de criminalidade permanece, entretanto, pouco explorado.

A evolução das taxas de homicídio na cidade de São Paulo, bem como das outras metrópoles nas quais a presença e a ação da criminalidade organizada é significativa, pode estar relacionada a este cenário. Esta é, de certa maneira, uma constatação evidente, se considerado o quadro geral de violência relacionada às comunidades periféricas e faveladas das metrópoles brasileiras, noção re-alimentada constantemente pelos veículos de comunicação. Entretanto, não se trata apenas de uma associação casual entre estes contextos e a intensidade da violência.

As organizações criminosas pesam sobre as realidades social e do crime nestes cenários. De maneira geral, esta é uma suposição compartilhada por teóricos e pesquisadores de sociologia e criminologia. Também de modo geral, as teorias em sociologia e criminologia não reconhecem ou abordam essa relação. Inexistem ferramentas teóricas nestas disciplinas diretamente orientadas ao estudo do impacto destas organizações, tanto seu impacto social quanto seu impacto no próprio fenômeno da criminalidade. Entretanto, recursos metodológicos para a investigação do efeito “crime organizado” sobre a criminalidade existem, como

¹ Florianópolis, no Estado de Santa Catarina seria um caso no qual o tráfico de entorpecentes, principalmente na ilha, foi introduzido pela população das classes médias.

demonstraram Beato e outros pesquisadores (Beato et al, 2000).

Se as teorias tradicionais e todas correntes modernas da criminologia não fornecem ferramentas diretas para a abordagem do crime organizado, estas fornecem ferramentas indiretas para descrever o contexto nos quais o fenômeno se insere. Para tanto, estas teorias relacionam invariavelmente o criminoso ao seu contexto. Explicações deste tipo variam de determinantes estruturais até determinantes culturais e de ordem individual. Empiricamente, contextos de criminalidade podem estar relacionados a diversos fatores: crescimento populacional acelerado; crescimento urbano; processos rápidos de mudanças econômicas, sociais ou tecnológicas; condicionantes sócio-econômicos como educação e renda; peso da instituição econômica nas sociedades e a estrutura de oportunidades para atingir os objetivos econômicos. Decifrar como estes elementos interagem e, direta ou indiretamente produzem criminalidade é o objetivo comum a toda pesquisa em criminologia.

Ao se avaliar a realidade social da cidade de São Paulo, esta representa um contexto onde praticamente todos os fenômenos de impacto sobre o crime até aqui teorizados se encontram: a cidade passou por um rápido crescimento populacional e industrial; problemas sociais como pobreza e outros déficits sociais são constantes; a estrutura de oportunidades de trabalho ou aprimoramento pessoal é, apesar de ampla, bastante concorrida e muito excludente; quadrilhas e gangues são problemas constantes; a presença de organizações criminosas e forte influência do tráfico de entorpecentes são conhecidas.

Compreender a combinação desses fatores é o que permite descrever de maneira objetiva quais são as causas da criminalidade na cidade de São Paulo. Portanto, se existe uma mudança de perfil da criminalidade, definida pela ascensão das organizações criminosas, qual o potencial explicativo das dimensões tradicionais das teorias criminológicas? Em síntese, mudando o perfil da criminalidade, mudariam também suas causas sociais?

O estudo do crime organizado não é o objetivo direto da investigação. A presença de organizações criminosas e o impacto que estas representam nas comunidades nas quais estas se instalam é o pano de fundo e inspiração para a pergunta de pesquisa.

1.3. HIPÓTESES DE TRABALHO

O estigma da criminalidade violenta marca os contextos sociais com condições mais precárias. Estes contextos podem ser objetivamente definidos pela concentração de populações com baixa renda (mas não em pobreza absoluta), com baixos níveis de educação, que passaram por processos muito acelerados de crescimento populacional, desorganizando socialmente essas populações. O fator favela é muito pertinente teórica e empiricamente, pois define áreas de ocupação que são resultado direto dos processos de crescimento populacional.

Comunidades periféricas são mais propensas ao surgimento de meios não institucionalizados de solução de conflitos. A marginalidade social, principalmente a determinada por critérios econômicos e educacionais, define a redução das oportunidades individuais e coletivas de se atingir os objetivos econômicos. Capacidade de renda determina muitas vezes a capacidade de investimento em formação. Baixa formação educacional sabe-se, é o que seguidamente determina a projeção de renda individual no longo prazo, uma vez que o trabalho mais bem pago é o mais raro e o mais qualificado.

Historicamente, estes são os contextos sociais de surgimento das organizações criminosas voltadas ao tráfico de entorpecentes. Se atualmente podem-se identificar as áreas urbanas mais violentas por sua associação com o crime organizado (Beato et al, 2000), o que determina capacidade de ascensão deste fenômeno dentro destas áreas deve ser explicado.

A presença da criminalidade organizada representa uma mudança na estrutura de oportunidades individuais, na busca pelos objetivos econômicos. Por esta razão, populações jovens são usualmente as mais atraídas pela atividade por esta representar um caminho rápido de se conseguir dinheiro, consumir, possuir *status* social diferenciado e cooperar com a renda familiar. Estes incentivos à participação no crime organizado advêm todos de um mesmo cenário: o déficit de oportunidades, o custo e a probabilidade destes indivíduos atingirem seu objetivos econômicos por uma via “legítima” – investir em sua própria educação, competir por emprego e acumular dinheiro, por exemplo.

Se a presença da criminalidade organizada implica em um aumento da violência, os contextos sociais nos quais esse fenômeno se manifesta com maior intensidade são justamente aqueles nos quais as oportunidades legítimas são reduzidas. Empiricamente, a violência dos distritos paulistanos é determinada pelo *status* sócio-econômico das áreas e das populações destas áreas, sendo os fatores renda, educação, a concentração da população jovem e os quali-

ficadores dos distritos como periféricos os melhores prognósticos² dos homicídios.

O aumento da mortalidade por homicídios nos distritos de São Paulo está associado:

- a) a concentrações de populações de baixa renda;
- b) a concentrações de populações com baixos níveis de educação formal;
- c) a concentração de população jovem do sexo masculino;
- d) a rápidos crescimentos populacionais, o que determinou historicamente a formação das áreas periféricas da cidade.

1.4. OBJETIVOS

1.4.1. Objetivo geral:

Comparando elementos teóricos apontados pelas principais correntes da criminologia, procura-se testar qual dos prognósticos teóricos da criminalidade melhor prescreve as taxas de homicídios no cenário paulistano.

1.4.2. Objetivos específicos:

- Comparar o perfil dos distritos paulistanos e de suas respectivas populações residentes;
- Definir quais são os distritos mais e menos violentos;
- Construir um banco de dados que descreva as características gerais dos distritos e que permita o cruzamento destas com outros fenômenos com relação teórica. Ao mesmo tempo, a construção do banco é planejada de maneira que permita exames longitudinais, comparando os dados provenientes do Censo do ano 2000, com o Censo de 2010 a ser publicado nos próximos anos.

² Os termos prognóstico e prescrever são utilizados ao longo do texto como equivalentes à expressão *predictor*, do inglês. Esta expressão refere-se às variáveis independentes dos modelos de regressão e trajetória e tem como significado a “predição” estatística da variação do fator dependente.

1.5. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O objetivo principal da investigação proposta é a mensuração e comparação da relação direta entre fatores (teoricamente) produtores de criminalidade e o homicídio. A análise está fundamentada em duas perspectivas clássicas da sociologia e criminologia na prescrição da criminalidade urbana. Avaliam-se as taxas de criminalidade de modos distintos, associando-as a fatores nem sempre comparáveis: como as variações nas características da população, os fatores históricos de transformação demográfica, e a fatores ecológicos, tais como as características objetivas de uma região habitada. Mesmo que usualmente estes fatores sejam analisados separadamente no estudo do crime e da violência, não é explicitamente rejeitada em nenhuma perspectiva teórica a relação que estes fatores possuem entre si.

Toma-se como unidade de análise os distritos paulistanos. Os dados são agregados para a população, a área ou os domicílios do distrito. Dessa maneira, os dados que descrevem a população são ponderados pela população residente do distrito; os dados que descrevem as condições de infra-estrutura do distrito são ponderados pela quantidade de domicílios particulares permanentes; e o indicador de crescimento populacional é ponderado pela extensão territorial (área) do distrito. Este último fator se manteve constante durante os anos 1980 e 2000, para todos distritos, de modo que não foram necessárias correções ou ajustes. Os dados e o processo de análise têm um recorte temporal limitado às condições da população, dos distritos e da manifestação da violência para o ano 2000.

O desenho da pesquisa visa à comparação destes diferentes fatores na explicação da violência da cidade de São Paulo. Analisam-se as relações existentes entre as taxas de homicídios, as características individuais agregadas das populações dos distritos paulistanos, as condições gerais de infra-estrutura urbana e disponibilidade de equipamentos públicos dos distritos e o crescimento demográfico que estes experimentaram. Reconhecendo a relação histórica que existe entre esses fatores, pensando principalmente na realidade das favelas e periferias existentes em praticamente todas as grandes cidades do país, o objetivo principal é determinar qual dentre estes fatores tem relação mais significativa com as taxas de homicídio.

Nessa seção discutimos os indicadores escolhidos, sua relação lógica com as perspectivas teóricas apresentadas, o conjunto final de variáveis instrumentais escolhidas, suas definições e suas fontes. Em seguida apresentamos e definimos as técnicas de pesquisa e os objetivos pretendidos no emprego desta.

1.5.1. Lógica dos indicadores

Considerando como objetivo principal a comparação entre duas perspectivas teóricas, antes de explicitar no que consiste a técnica estatística empregada na pesquisa, definimos como os indicadores escolhidos respondem a tais perspectivas. As variáveis instrumentais escolhidas para medir fatores sociais, ambientais e demográficos servem à contextualização dos distritos nessas dimensões.

Nem todos os fatores que são teoricamente importantes ingressam na regressão. Algumas variáveis foram retiradas do modelo final por critérios estatísticos ou de disponibilidade e organização das informações. Na avaliação das condições do distrito, por exemplo, não mensuramos a presença de forças policiais nem a disponibilidade de energia elétrica para os domicílios. No primeiro caso, não havia informações sistemáticas sobre o contingente de policiais e sua distribuição (sequer aproximada) nos distritos paulistanos. Contamos apenas com a informação do número de delegacias distritais na cidade, cuja distribuição era homogênea entre todos distritos. No segundo caso, o acesso à energia elétrica possui variabilidade mínima. Aproximadamente 98% dos domicílios (nas áreas da cidade consideradas urbanas) são atendidos pelo serviço.

Ainda na descrição das condições gerais dos distritos, dados relacionados ao número de estabelecimentos escolares foram retirados. Existe um conjunto grande de dificuldades técnicas no tratamento desses dados. A razão entre a população em idade escolar e o número de matrículas, por exemplo, esbarra em distorções e na organização dos dados. Do mesmo modo, os índices de evasão escolares não foram utilizados porque não havia método simples de agregação para os distritos. Para solucionar este problema, retiramos essa dimensão do grupo de indicadores que tratam das condições do distrito e utilizamos uma variável que descreve diretamente a população.

O quadro com as perspectivas teóricas, suas dimensões, as variáveis instrumentais e suas respectivas fontes é apresentado abaixo.

QUADRO 1 - CONCEITOS, INDICADORES E FONTES.

Conceito	Dimensão Operacional	Variável Instrumental	Fonte
Criminalidade	<i>Violência Letal</i>	Taxa de Homicídios (ano 2000)	Pro-Aim
Desorganização Social	<i>Crescimento Populacional</i>	Varição da Densidade Demográfica 1980 - 2000	IBGE - Censos e estimativas populacionais
	<i>Configuração Familiar</i>	Mulheres Responsáveis pelos Domicílios	IBGE/Censo 2000; Sempla/Dipro
	<i>Infra-Estrutura e Planejamento dos Distritos</i>	Domicílios Sem Coleta de Lixo	IBGE/Censo 2000
		Domicílios Sem Coleta de Esgoto	IBGE/Censo 2000
		Domicílios Improvisados	IBGE/Censo 2000; Sempla/Dipro
		Área ocupada com Favelas	IBGE; SEHAB/HABI
Estresse Econômico	<i>Configuração Sócio-econômica</i>	Responsáveis por domicílios que ganham até 3 salários mínimos/mês	IBGE/Censo 2000; Sempla/Dipro
		Média de Anos de Estudo	IBGE; Sempla/Dipro
		População Masculina entre 15 e 29 anos	IBGE/Censo 2000

Teoricamente podemos afirmar que existe um “caminho causal” entre o conjunto de variáveis independentes, que pode ser testado através da análise de trajetória. O crescimento populacional acelerado levou à ocupação de áreas urbanas não planejadas, que estariam, por sua vez, associadas a outros fatores de ordem social, que podem ser medidos pela configuração familiar, perfil etário da população e nível de renda.

Alguns fatores de impacto prescritos pela tese da Desorganização Social podem ser medidos indiretamente por indicadores secundários construídos pelo IBGE. Utilizamos estes para avaliar, quando possível, a validade de alguns pressupostos da teoria que, com ressalvas consideramos no conjunto de indicadores inseridos na regressão. Um destes indicadores, e que deve ser esclarecido é o que mede a proporção e domicílios nos quais a mulher é a principal responsável. A relação teórica por trás deste indicador é a que estabelece que filhos de pais solteiros têm maior probabilidade de se engajar em atividades ilícitas ou criminosas. Isto se deve ao rompimento de um suposto modelo de instituição familiar no qual a ausência da figura paterna, somada a necessidade da mãe de trabalhar e, conseqüentemente, os filhos passarem menor tempo sob supervisão adulta, resultaria em uma infância menos regulada e menor introjeção de valores.

Como se pode observar, tal perspectiva possui um conjunto muito amplo de suposições (modelo “adequado” de família, introjeção de valores, papel da supervisão dos pais). Mesmo quando suportada por dados empíricos, é necessário avaliar em quais circunstâncias não se trata de uma falácia ecológica ou apenas uma correlação espúria. Amostras de perfis de agressores que apresentem em sua maioria criação por pais solteiros, se não comparados a outros grupos não-agressores, não significam que este fator tenha qualquer peso causal sobre a trajetória criminosa do indivíduo.

Contudo, mesmo que essa dimensão pertença à tese da Desorganização Social, o principal fator que motivou a inserção desta dimensão na análise não reside exatamente nesta teoria. Sustentamos esta dimensão porque ela fornece um meio de medir – mesmo que incompletamente – uma tendência identificada no seminal trabalho de Levitt (Levitt, 2005; Donohue e Levitt, 2001). Levitt inova as análises sobre violência e juventude com duas constatações de suas pesquisas: (a) ao contrário do estimado, o papel dos pais na trajetória dos filhos é pouco importante; e (b) de todos os fatores apontados como responsáveis pela redução das taxas de homicídio nos Estados Unidos durante a década de 1990, o com maior potência causal foi o processo de legalização do aborto, iniciado durante a década de 1970.

1.5.2. Definição das técnicas

O propósito da presente pesquisa é a operacionalização e comparação das capacidades explicativas de diferentes correntes teóricas da criminologia. Para tanto, avaliam-se as condições gerais dos distritos de São Paulo e suas populações residentes e a relação destes fatores com a incidência de criminalidade violenta contra a pessoa. As variáveis instrumentais que fazem parte da pesquisa respondem a duas dimensões teóricas, conforme apontado. Não somente a avaliação da capacidade explicativa do conjunto de variáveis, mas como a relação entre essas variáveis pode afetar o comportamento da dimensão dependente (homicídio). Por esta razão foram selecionadas duas técnicas distintas para o procedimento de análise: a Regressão Linear Multivariada (RLM) e a Análise de Trajetória ou Path Analysis (adiante apenas AT). Ambos os procedimentos foram realizados com a assistência de programas computacionais. Para RLM, o sistema SPSS, versão 15.0 foi utilizado. Para a AT foi utilizado um complemento do SPSS chamado AMOS, versão 7.0.

É importante ressaltar o distrito como nível de agregação das variáveis. Tais variáveis correspondem às condições objetivas do distrito, como a disponibilidade de serviços básicos e

infra-estrutura urbana, e às condições individuais agregadas da população do distrito. Para evitar interpretações que conduza ao clássico problema da falácia ecológica, reforça-se que as condições individuais agregadas, ao contrário do que podem sugerir, não se referem aos indivíduos. Estas condições fornecem um quadro genérico das características sócio-econômicas da população que reside no distrito. Logo, não são consideradas aqui as características sociais dos agressores ou vítimas, mas sim as características sócio-econômicas dos distritos como prognósticos dos níveis de violência.

De maneira análoga, a variável dependente da pesquisa deve ser esclarecida. Analisa-se o perfil da violência nos distritos através de um indicador de mortalidade por homicídios. Apesar de teoricamente abordar os contextos ou condições sociais de produção da criminalidade, o indicador de homicídios é um indicador de “vitimização”. Logo, este indicador não descreve diretamente a frequência de agressores provenientes do distrito (residência do agressor, grosso modo). Na verdade o indicador descreve a frequência de vítimas para cada distrito. Esta é uma distinção crucial que metodologicamente levou à concepção da noção de distritos violentos, ao contrário de distritos produtores de violência. A perspectiva da agregação das variáveis que se referem ao perfil da população do distrito, conforme acima mencionado, está intimamente ligada a esta noção de distritos violentos.

1.5.2.1. Regressão Linear Mutivariada

A primeira técnica empregada para a análise da relação entre as taxas de homicídios e os demais fenômenos pesquisados é a Regressão Linear Multivariada. A RLM mensura dois tipos de relação entre os indicadores: avalia a correlação que o conjunto das variáveis independentes possui com a dependente; e mensura a correlação entre a dependente e cada uma das independentes, controladas pelas demais variáveis do modelo – do mesmo modo que uma correlação parcial.

A técnica é representada pela fórmula (Wuensch, 2009):

$$Y_i = \beta_0 + \beta_1 X_{i1} + \beta_2 X_{i2} + \dots + \beta_p X_{ip} + e_i \quad i = 1, \dots, n$$

Existem dois pressupostos fundamentais para a RLM acerca da natureza das variáveis inseridas na regressão. Como uma condição, estas variáveis devem apresentar distribuição normal de sua variância. Noventa e cinco por cento (95%) de sua distribuição deve estar contida dentro de, no máximo, dois desvios padrão em relação à média da distribuição. Segundo,

o conjunto das variáveis independentes deve ser heteroscedástico. O contrário significaria que as variâncias são muito semelhantes, o que resultaria em colinearidade.

A bateria final de indicadores conta com 11 variáveis: uma dependente (taxa de homicídio) e 10 independentes. A distribuição de todos indicadores inseridos na regressão é estatisticamente normal, concordando com o pressuposto da técnica de regressão linear empregada. Os indicadores com distribuição não-normal tiveram distribuição corrigida pelos métodos matemáticos convencionais – transformação por logaritmo, exponenciação ou inversão. Para controlar a colinearidade, mensuram-se na regressão os “fatores inflatores da variável” – representado pelo acrônimo VIF, do inglês *Variable Inflation Factor*. Ressaltamos que o pressuposto de heteroscedasticidade não é seguido com rigidez.

1.5.2.2. Análise de trajetória

O emprego da análise de trajetória (adiante AT) tem como finalidade oferecer um contraponto metodológico a RLM. A AT compartilha os mesmos pressupostos da RLM, mas sua utilidade é mais complexa, pois lida com trajetórias ou caminhos hipotéticos entre as variáveis. A RLM trabalha com o potencial do conjunto das variáveis, a AT com a ordem de inserção das variáveis em um modelo. A presente utilização desta técnica é comparar os efeitos diretos e indiretos entre dimensões chaves no prognóstico das taxas de homicídio.

O objetivo empírico do emprego da AT é comparar o efeito do crescimento demográfico sobre as taxas de homicídio quando este interage com variáveis das condições dos distritos, e dos condicionantes sócio-econômicos. A finalidade é comparar o efeito direto do crescimento sobre a violência e o efeito indireto desta quando a trajetória considera as demais condições citadas. A figura abaixo exemplifica o modelo hipotético em questão. A linha sólida representa o efeito direto, enquanto as tracejadas representam os efeitos indiretos do crescimento populacional, passando pelas condições de infra-estrutura e planejamento dos distritos e as condições individuais agregadas da população do distrito.

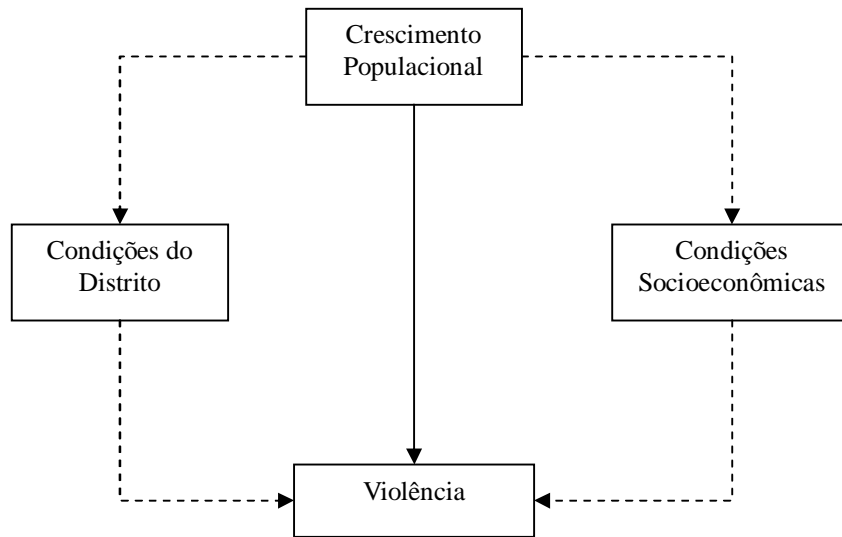


FIGURA 1 – MODELO HIPOTÉTICO DE TRAJETÓRIAS

2. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

O ponto de partida teórico da pesquisa foram as linhas interpretativas em criminologia que tivessem como pressuposto o entrelaçamento entre fenômenos de diferentes naturezas. Retornou-se, assim, aos métodos e conceitos construídos na Escola de Chicago como principais ferramentas de análise. Focalizaram-se as pesquisas e teorias voltadas à ecologia humana. A perspectiva ecológica baseia sua análise não somente em fatores sociais, econômicos ou culturais, mas também em condicionantes ambientais como fatores que interferem nas atividades e no comportamento humano. O quadro conceitual utilizado procura resgatar e renovar elementos teóricos das teses da Desorganização Social (Thomas e Znaniecki, 1920; Shaw e McKay, 1942) e do Estresse Econômico (Merton, 1938).

Enquanto essas linhas interpretativas nos fornecem os mecanismos operacionais, consideramos ainda correntes teóricas mais amplas, que tratam desde o comportamento econômico (Escolha Racional e Teoria dos Jogos), até modelos teóricos mais recentes, que abordam o papel de elementos como a Criminalidade Organizada na explicação das tendências atuais do crime e da violência.

Os argumentos da criminologia certamente não se restringem a estas perspectivas. Mais de um século de debate sociológico, antropológico, biológico e econômico fez do crime um dos fenômenos com maior variedade de explicações existentes. Entretanto, na interface entre sociologia e criminalidade, podemos afirmar que grande parte das teorias deriva direta ou indiretamente destas duas correntes: a Desorganização Social oferecendo uma interpretação sobre processos de mudança demográfica e adaptação cultural, em contraposição à teoria de fundamento econômico, que teria como principal parâmetro a estrutura de incentivos para o crime ou conformação. São revisadas aqui teorias que resgatam o papel do crescimento populacional, dos fatores migratórios, das pressões econômicas e culturais somados ao fenômeno do crime organizado.

2.1. CONDICIONANTES SOCIOECONÔMICOS

A relação entre as condições sócio-econômicas e a criminalidade é, desde Merton (1938) amplamente discutida em sociologia. Tais condicionantes são teoricamente pertinentes

na explicação do fenômeno da criminalidade tanto em termos individuais, como meso ou macro agregados. Ao mesmo tempo, o papel destes condicionantes como causadores da criminalidade é variado.

Muitas obras sociológicas sobre a criminalidade compartilham a pré-noção que associa o crime a contextos sociais de pobreza e exclusão social. Essa evidentemente não é uma associação que restringe a criminalidade a tais contextos. Existem formas de criminalidade que são inacessíveis a indivíduos e comunidades mais pobres, como crimes de “colarinho branco”, por exemplo. Geralmente, contextos de pobreza são associados a crimes como roubos, furtos, homicídios, latrocínios e tráfico de entorpecentes. Atualmente, é possível notar que essa é uma noção reforçada por elementos cotidianos, como as informações sobre crimes fornecidas por veículos de comunicação.

Por estas razões, a relação entre pobreza, desemprego, vulnerabilidade ou qualquer outra forma de privação é algumas vezes considerada como um dado por sociólogos (Young, 1986; Braitwaite, 1989). Fatores como alta mobilidade residencial e a marginalização espacial em contextos urbanos, como a realidade das favelas e periferias na maioria das grandes cidades brasileiras, são também associados constantemente à violência e à criminalidade (Soares, 2000; Zaluar e Alvito, 2003). Braitwaite (1989: 48) afirma explicitamente que

para homens e mulheres, pertencer a base da estrutura de classes sociais – seja medido pelo status sócio-econômico individual, status sócio-econômico das áreas de residência, ser desempregado ou pertencer a uma minoria racial oprimida – aumenta taxas de criminalidade de todos os tipos, excetuando aquelas cujas oportunidades são sistematicamente menos disponíveis aos pobres.

Contudo, investigações sobre a criminalidade que consideram elementos sócio-econômicos como renda, status das regiões de residência, níveis educacionais, desemprego, entre outros, são empiricamente contraditórias. Apesar da constatação do que se supõe – com o faz Braitwaite – um fato, a forma como a relação entre esses fenômenos é construída varia significativamente.

No estudo da etiologia das formas de criminalidade, não há uma relação causal válida (ou suficientemente clara) entre a pobreza e o crime – pobreza aqui descrevendo genericamente as condições discutidas acima. As conclusões de pesquisas guiadas por essa perspectiva são geralmente controversas. Fatores como a unidade de análise empregada, os indicadores escolhidos na mensuração do status sócio-econômico pesam de maneira com que, dependendo destas escolhas, os dois fenômenos apresentem ou uma relação muito forte, ou nenhuma relação significativa (Peres et al, 2008). Muito das conclusões que derivam destas investigações

acabam por basearem-se mais em pressuposições teóricas do que em evidências empíricas. A obra neomarxista de Quinney (Quinney, 1977) é um exemplo clássico desse problema.

Entre pesquisadores brasileiros, Beato (Beato e Andrade, 2004) é um dos principais contestadores dessa perspectiva. Beato contrapõe à evolução crescente da criminalidade no país um incremento significativo nos indicadores sociais durante as últimas três décadas. Por um lado, a teoria relaciona déficits sociais como desemprego, falta de educação formal, baixa renda, entre outros, à incidência de criminalidade. Por outro, Beato demonstra que a melhoria geral destes indicadores para todo o país foi acompanhada, no mesmo período, pela intensificação da criminalidade contra patrimônio e contra a pessoa Beato (2000a: 2) Segundo Beato esta seria evidência suficiente para questionar a relação assumida *a priori* entre os dois fenômenos. Este argumento é, por sua vez, a justificativa para defesa de sua tese que assume os contextos de oportunidade para o crime como o componente essencial ao prognóstico das taxas de criminalidade.

2.2. OPORTUNIDADES *VERSUS* CONDICIONANTES SÓCIO-ECONÔMICOS

Apesar da validade empírica da crítica estabelecida por Beato, trata-se novamente de um problema referente às escolhas teóricas e metodológicas. A abordagem sugerida por Beato corresponde teoricamente à perspectiva das “Atividades Rotineiras” (AR) (Felson, 1998; Felson e Clarke, 1998), com origem na perspectiva da Escolha Racional (Becker, 1968) e da “Estruturação das Oportunidades Ilegítimas” (EOI) (Cloward e Ohlin, 1960). Sinteticamente, estas prescrevem o crime como resultado de um contexto específico de oportunidades, como a ausência de mecanismos de sanção, policiamento e sistemas eficientes de justiça, ou mesmo a disponibilidade de alvos. Como se abordará adiante, em nosso tratamento tais “oportunidades” equivalem à noção econômica de incentivos.

Existe uma diferença fundamental entre esta abordagem e as teses que atribuem a criminalidade a fatores sócio-econômicos. A primeira considera as situações que possibilitam ou estimulam as ações criminosas. A segunda, como as condições sociais produzem o criminoso. Na primeira, as características individuais dos agressores são irrelevantes; na segunda, são o componente principal. Portanto, deve-se considerá-las como perguntas teóricas diferentes, que investigam causas distintas do fenômeno da criminalidade.

Metodologias orientadas pela perspectiva das AR não lidam com as características individuais ou dos grupos sociais. Estas geralmente utilizam modelos que lidam com a distribuição espacial e temporal da criminalidade e os contextos de oportunidade para ação criminosa.

Existe uma separação analítica entre os perfis da taxa e do agressor. Os contextos são a peça chave e a predisposição para o crime é considerada homogênea para toda a população. Tal separação analítica é igualmente importante para nossa pesquisa. Por um lado, desconsideramos as motivações para o crime, no sentido individual, como objeto direto de análise na investigação. Por outro, assumindo a predisposição à criminalidade como um fator homogêneo, atribuímos à ecologia humana dos distritos o papel de influenciar nas variações das taxas de violência letal.

Ressaltamos que o indivíduo não é nosso objeto direto de análise. Contudo, mesmo não sendo o objetivo direto da análise, é importante notar que algumas das alegações da presente pesquisa estão fundamentadas em pressupostos acerca de comportamentos individuais. Consideramos um indivíduo com comportamento racional, seguindo o pressuposto clássico da teoria dos jogos. Dessa maneira, observamos as condições gerais dos ambientes onde os indivíduos residem como fator de influência sobre as decisões individuais. O que podemos chamar de “contexto objetivo”³, i.e, as condições ambientais, econômicas e culturais influenciam (mas não determinam) o horizonte de oportunidades de ação de cada indivíduo.

Mesmo considerando a principal concorrente das teses sócio-econômicas sobre a criminalidade, a saber, as teses subculturais, a definição do comportamento individual é muito semelhante: este é o resultado de um ambiente social. Em contextos de pobreza ou outras formas de marginalização social, o crime seria uma reação a sentimentos de privação. Da mesma maneira, para a teoria da subcultura o uso da violência é um recurso socialmente aceito ou legítimo na solução de conflitos ou, até mesmo, meio de interação social, como demonstrou o trabalho de Wolfgang e Ferracuti (2003) e mais recentemente o de Jankowski (2001). Em outras palavras, nenhuma forma de decisão individual, no que concerne ao crime, esta completamente alheia aos fatores contextuais.

2.3. ESCOLHA RACIONAL *VERSUS* CONDICIONANTES SÓCIO-ECONÔMICOS

Se, por um lado, tanto para a perspectiva subcultural como para as teses que assumem o papel das características sócio-econômicas o comportamento individual é o produto de um contexto, por outro lado, o que produz tal contexto varia. Ainda sim, teoricamente a expectativa de resposta dos indivíduos aos incentivos apresentados pelos contextos é a mesma. Da

³ A noção de contexto “objetivo” aqui é uma contraposição a fatores subjetivos, isto é, elementos de ordem estritamente individuais. Por esta razão consideramos o elemento “cultura” como um elemento objetivo, pensando principalmente em padrões comportamentais, valores e instituições sociais.

mesma maneira, a tese da Escolha Racional tem como principal pressuposição o comportamento individual criminoso como o resultado de um balanço dos incentivos, recompensas e riscos que este assume.

Essa pode ser uma pressuposição contra intuitiva se pensada através de uma noção utilitarista incompleta ou desconectada de condicionantes estruturais ou culturais. E, de fato, em alguns casos as teses criminológicas oriundas na teoria dos jogos possuem perfil excessivamente econômico. Muitos casos ignoram a perspectiva teleológica que subjaz noções como utilidade, ganhos, custos, prazer ou vantagem. A Sociologia Econômica demonstrou, em situações variadas, que ambas dimensões econômica e cultural não podem ser separadas (Smelser e Swedberg, 1994).

Apesar destas considerações, o pressuposto essencial da teoria dos jogos não pode ser rejeitado. Considerando os aspectos sócio-econômicos e culturais levantados por outras perspectivas teóricas, não é inválido esperar como comportamento racional provável uma reação aos incentivos oferecidos por tais contextos: logo, populações que sofrem privações de ordem educacional, por exemplo, tenderiam menos a investir em carreiras cujo papel da educação formal é crucial e fator de competição. Pela mesma lógica, indivíduos que ingressam em trajetórias criminosas tenderiam menos a atividades de altos riscos e baixas recompensas (como assaltos ou roubos) se seus círculos sociais e profissionais lhes dão acesso a outras formas de crime mais rentáveis e menos arriscadas.

Evidentemente as teses subcultural e da escolha racional fornecem perguntas teóricas e quadros interpretativos distintos. Mas o ponto que defendemos dessa comparação é que, sejam os determinantes econômicos ou culturais, objetivos ou subjetivos, as duas perspectivas teóricas demonstram a possibilidade de separar analiticamente os contextos sociais violentos dos não violentos. A noção de “incentivos” é o que une essas perspectivas distintas. Não consideramos tal noção sequer um conceito, dado o grau de generalidade que atribuímos a este. Mas sua utilidade é garantida pela comparação que esta permite entre fatores diversos (como obrigação moral e satisfação econômica) e que são teoricamente contrapostos pela economia, de modo geral.

2.4. INCENTIVOS: ESTRESSE ECONÔMICO E ANOMIA INSTITUCIONAL

Quando analisado o papel de incentivos de ordem cultural no comportamento econômico, Merton foi pioneiro pela forma como conduziu a sua análise do papel da instituição econômica dentro dos grupos sociais desfavorecidos. Para estes grupos sociais, “o acesso aos

meios convencionais para atingirem os objetivos econômicos culturalmente especificados” (Fandiño, 2009) é negado. A terminologia “estresse” deriva, portanto, da tensão individual entre os anseios e desejos e a possibilidade concreta de realizá-los. Sucesso pessoal, riqueza, padrões de consumo são alguns dos fatores culturalmente estabelecidos pela instituição econômica. O produto principal da investigação de Merton é uma tipologia de reações adaptativas ao descompasso entre desejos e meios para realizá-los. É necessário esclarecer que essas reações não correspondem teoricamente aos balanços custos e benefícios como na teoria da escolha racional. As reações adaptativas de perfil desviante são, para Merton, resultado de uma “visão das normas e regras convencionais como 'injustas' e 'inaplicáveis', por parte dos grupos desfavorecidos” (Fandiño, 2009).

Pode-se sintetizar a importância deste conceito em dois pontos: a abordagem de Merton não restringe o comportamento desviante, resultado do processo de adaptação apenas à condição de pobreza. O estresse deriva de um sentimento de “privação relativa”, como definia o autor. A situação de pobreza *per se* não é considerada como um fator causador de criminalidade, sendo o crime um fenômeno culturalmente relativo. Ao mesmo tempo, Merton constrói um modelo que unifica dimensões econômicas e não econômicas de um mesmo fenômeno, que antes eram separadas operacional e analiticamente.

2.5. DESORGANIZAÇÃO SOCIAL

Do mesmo modo que Merton identificou no descompasso existente entre desejos culturalmente estabelecidos e meios para satisfazê-los um fator de “estresse individual”, pode-se supor a existência de efeitos semelhantes em níveis agregados quando os dois lados deste fenômeno são também fatores agregados. O descompasso entre os processos de crescimento demográfico, geográfico e econômico é, assim, um fenômeno a ser considerado no cenário paulistano.

A perspectiva teórica da Desorganização Social procura avaliar os efeitos de contextos nos quais mudanças rápidas possuam impacto tanto estrutural, quanto cultural e na ecologia social de comunidades ou grupos. Ou seja, não apenas nas condições gerais destes grupos, mas também nas maneiras como estes se organizam socialmente. Processos rápidos de urbanização, industrialização, migração, novas alocações urbanas como vilas ou favelas, mudanças tecnológicas ou mudanças econômicas são alguns dos fenômenos empíricos analisados. Tais processos afetariam direta ou indiretamente os mecanismos de regulação e organização

social. Alguns trabalhos clássicos que seguem esta perspectiva podem ser encontrados em Thomas e Znaniecki (1920), Park e Burgess (1925), ou Shaw e McKay (1942).

O pressuposto básico desta teoria é o da existência de algum mecanismo de controle social sobre o comportamento individual, geralmente representado por instituições sociais não-formais. Instituições sociais como a família, a escola ou a religião, perderiam a capacidade de integrar socialmente os indivíduos em conjunturas de mudanças bruscas na organização das sociedades. O resultado disso se expressaria em quedas significativas da influência de regras sociais de conduta: ordem e controle social menor, normas sociais menos estáveis, e força compulsória da sociedade reduzida.

Para teoria da Desorganização Social a capacidade de regulação dos grupos sociais não corresponde à simples repressão, disso deriva sua ênfase na análise de instituições sociais não-formais, assim como a atenção não restrita aos mecanismos gerais de repressão como leis, justiça, policiamento. Sinteticamente, a teoria prescreve a organização social como produto da força das instituições sociais, que, por sua vez, advém da força de agregação dos laços e relações sociais. Conseqüentemente, a violência e o crime seriam produto indireto de desarranjos institucionais.

O termo desorganização, entretanto, remete invariavelmente a um juízo de valor e carga consigo um preconceito que não compartilhamos. O termo pressupõe a existência de uma ordem de valores hegemônicos em uma sociedade, assumido ao mesmo tempo como um padrão de organização social. Mesmo que tal contexto seja possível, sociedades ou grupos organizados em torno de outros valores, ou perspectivas acerca de determinados valores não possuem *a priori* nenhuma “disfuncionalidade” em suas instituições. Considerando a variabilidade comportamental e cultural das sociedades humanas, o termo assume uma conotação que muitas vezes pormenoriza o potencial analítico desta teoria. Esta é, entretanto, uma importante ferramenta. A história econômica e demográfica da cidade de São Paulo é uma realidade empírica singular que reflete muitos dos principais fatores apontados pela teoria. Isso facilita ao mesmo tempo a operacionalização das principais dimensões conceituais da Desorganização Social e a compreensão da lógica causal que esta propõe.

2.6. CRIME ORGANIZADO E A DINÂMICA ENDÓGENA DE REPRODUÇÃO DA CRIMINALIDADE

Atualmente, o elemento mais importante na equação que mede o impacto do crime em

nossa sociedade é o Crime Organizado. O impacto social do Crime Organizado, principalmente o articulado ao redor do tráfico de entorpecentes é evidente e reforçado diariamente pelos veículos de comunicação. Sua importância está fundamentada basicamente em dois fatores: a violência relacionada a esse fenômeno, e a magnitude das atividades econômicas que suportam este. Esta última é seguidamente deixada em segundo plano quando reportados eventos relacionados ao crime organizado na mídia. É importante para a sociologia considerar que tanto o tráfico ilegal de armamentos quanto o de drogas são dois “grandes negócios”, e respostas da sociedade derivam deste aspecto.

Este fenômeno obviamente não se restringe ao Brasil. Analisando historicamente a evolução da criminalidade organizada em toda América Latina, Fandiño (2004) estimou um processo de mudança nas cadeias causais do crime. Em linhas gerais, a teoria acerca da Dinâmica Endógena de reprodução da criminalidade prescreve a evolução do crime não mais como um produto direto do contexto social. Enquanto as teorias tradicionais estabelecem conexões causais entre os contextos ou variáveis estruturais e o comportamento da criminalidade, Fandiño sugere que estes elementos não conseguem explicar a evolução da criminalidade, dado o descompasso existente entre a intensificação do crime e as variáveis comuns na descrição de contextos “criminogênicos”. Em termos empíricos, variações estruturais nos padrões econômicos, familiares ou educacionais não acompanham as variações nas taxas de crime e violência. Os significativos incrementos quantitativos nos indicadores de criminalidade, sobretudo nos crimes contra o patrimônio, não foram acompanhados por um decréscimo correlato nos indicadores econômicos, educacionais ou por uma significativa mudança nas configurações familiares, que estariam teoricamente relacionadas com formas de desorganização social.

Fandiño investigou a trajetória da criminalidade no Rio Grande do Sul durante os anos 1991 e 2000, demonstrando empiricamente a perda de capacidade explicativa das variáveis estruturais mencionadas, quando estas eram correlacionadas com as taxas de criminalidade (Fandiño, 2009). As mudanças na evolução do crime, portanto, deixaram de corresponder diretamente a pressões contextuais. Em um cenário de avanço das organizações criminosas no país, a teoria defende que a mudança etiológica da criminalidade advém da emergência de um novo agressor social. A principal característica deste agressor é seu perfil organizado. Sua origem não é meramente resultado de um contexto social específico como pobreza, desorganização ou oportunidades. Sua origem reside na lógica operacional, nos métodos e demandas do crime organizado. A expressão endógena refere-se à capacidade desse tipo de criminalidade (e de criminoso) se reproduzir independentemente das condições contextuais.

As tendências atuais dos crimes violentos, por exemplo, estariam predominantemente relacionadas às ações criminosas organizadas: latrocínios, conflitos entre facções criminosas, queimas-de-arquivo e conflitos com forças policiais. Uma das possíveis formas de medir essa relação é identificar aumentos significativos nas taxas de homicídios, em contextos em que a presença do crime organizado é conhecida. Sociologicamente, tanto quedas repentinas, como súbitos incrementos em taxas de criminalidade são fenômenos artificiais. Elas são atribuíveis geralmente a formas de intervenção direta em um contexto social, o que pode ocorrer tanto com um investimento de forças de segurança, como pela emergência de ações criminosas sistêmicas.

Quando consideradas as tendências das taxas de homicídio e relação destas com papel do crime organizado, um importante pressuposto teórico deve ser esclarecido. Fandiño considera que, durante o século XX, as sociedades latino-americanas, em sua maioria, passaram por um processo gradual de institucionalização da justiça. Isto significa que muito dos conflitos interpessoais outrora resolvidos por meio de violência, como vinganças, crimes de honra ou passionais, passaram a ter solução intermediada por instituições formais como justiça e polícia. O uso cotidiano da violência é reduzido e, conseqüentemente, os crimes relacionados a esse padrão de convívio social. As flutuações atuais nas taxas de crimes violentos estariam, portanto, menos relacionadas a estes fatores.

3. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

A etapa de fundamentação teórica do trabalho é uma extensão da discussão apresentada na revisão da literatura. Oferecem-se aqui definições, quando possível mais precisas acerca dos elementos que interagem na explicação teórica das taxas de homicídio. Estas definições são cruzadas com elementos particulares da história, economia, demografia e sociedade paulistana com o intuito de tornar claro o que pode parecer teoricamente confuso.

3.1. DEFININDO CRIME ORGANIZADO

A primeira dificuldade que emerge do tratamento teórico do fenômeno “Crime Organizado” é sua definição. Não há uma definição unívoca nem sobre a natureza do fenômeno, tampouco sobre as formas pelas quais este se manifesta. Diversas são as tentativas de definição conceitual, e a maioria destas relaciona-se diretamente às condições sócio-históricas em o fenômeno se insere. Para autores britânicos, como Peter Gill (2006), a criminalidade organizada “pode ser definida como as atividades daqueles coletivamente envolvidos com a produção, fornecimento e financiamento de mercados ilegais de bens e serviços” (2006: 206). Nenhuma referência direta é feita ao uso de violência ou à estrutura necessária a tais atividades, demonstrando que a principal preocupação do autor reside nas atividades relacionadas a contrabando ou tráfico.

A definição construída por Alba Zaluar (2001: 377), em um contexto diferente não somente em termos de violência e criminalidade, mas também política e institucionalmente, afirma:

The concept of organized crime is entangled with the concept of Mafia and has been the object of an unfinished debate which started during the last century: the former referring to its organized or disorganized character, and the latter pointing to its condition of crime, work, or enterprise. In any case, there is no doubt that one is dealing with a set of activities spread in networks that have components of economic endeavor, that is, it needs repetitive activities, (though without the discipline, regularity and rights of regular work), a goal of which is profit (easier and higher the better at the wholesale networks), using variable methods and currencies for exchanges typical of underground relationships.

Observa-se, assim, que a noção de crime organizado remete a um amplo conjunto de atividades ilegais estruturadas. Logo, não há necessariamente uma relação entre atividades criminosas organizadas e a violência. O tipo de atividade, ou a combinação de atividades cri-

minosas que representam o crime organizado variam de acordo com os contextos sociais, políticos e institucionais nos quais o fenômeno se manifesta. É importante definir com clareza à qual tipo de manifestação do fenômeno se está pesquisando. Crime Organizado pode ser manifestado pelo uso sistemático e organizado da violência, como se definiriam sinteticamente as atividades de gangues ou grupos de extermínio. Porém, o mesmo conceito pode ser representado por atividades organizadas de corrupção, desvio de recursos públicos, isto é, crimes considerados de “colarinho branco”. É fácil observar aqui que estas duas manifestações representam fenômenos bastante distintos, apesar de ambos serem considerados genericamente como crime. Tal confusão conceitual levou o *Federal Bureau of Investigation* (FBI), nos Estados Unidos, a uma tentativa de distinção entre “Organized Crime” e a “Criminal Enterprise”⁴. No primeiro, o uso da violência e da ameaça de violência seria um elemento estruturante da organização. Conforme definição:

The FBI defines organized crime as any group having some manner of a formalized structure and whose primary objective is to obtain money through illegal activities. Such groups maintain their position through the use of actual or threatened violence, corrupt public officials, graft, or extortion, and generally have a significant impact on the people in their locales, region, or the country as a whole.

Além do uso da violência como forma de manutenção de sua estrutura, também se considera na definição do FBI o impacto que o crime organizado tem sobre os contextos sociais nos quais este se instaura. O termo “Criminal Enterprise”, por sua vez, representaria as atividades de “rackteering”, sendo estes esquemas de fraude, tráfico, prostituição⁵, cujo principal objetivo é a obtenção de lucro.

Autores como Paul Lunde (2004), atribuem tal dificuldade conceitual justamente à natureza das atividades relacionados ao crime organizado. Estas atividades respondem constantemente às mudanças nas condições de mercado e estão sempre explorando a miríade de oportunidades de lucro proporcionadas pelo universo da ilegalidade. É possível afirmar, entretanto, que o crime organizado dificilmente se manifesta como um problema social através apenas de uma atividade criminosa. Redes são necessárias a sua manutenção, do contrário este seria um problema de solução muito menos complexa.

Segundo o conjunto de considerações acima apresentadas, o uso presente que se dará ao termo crime organizado pode ser esclarecido. Na definição assumida, consideram-se, no contexto político, social e econômico brasileiro, três componentes: a expansão de atividades

⁴ Para definição completa de Organized Crime e Criminal Enterprise ver: <http://www.fbi.gov/hq/cid/orgcrime/glossary.htm>

⁵ Prostituição é atividade considerada criminosa nos Estados Unidos.

ilegais de tráfico e contrabando, assim como a corrupção de autoridades; a tendência de comportamento dos níveis de violência em todo o país; e os aspectos da expansão urbana do Brasil, seu perfil e suas conseqüências.

Define-se crime organizado como grupos de criminosos, hierarquicamente organizados, que usam da violência tanto como forma de manutenção da estrutura interna da organização, como forma de exercer controle social sobre as populações nas quais esta se instaura. Considera-se, também, que tais criminosos organizados compõem uma ampla rede de atividades ilegais e criminosas de tráfico de armamentos, corrupção de forças policiais e, principalmente, tráfico de entorpecentes. É conhecido que tal perfil de criminosos organizados habita com mais freqüência regiões periféricas dos grandes centros urbanos brasileiros. Estas são oriundas de um rápido processo de expansão das áreas urbanas e, genericamente, carecem tanto de planejamento como investimento em infra-estrutura.

3.2. CRESCIMENTO E EXCLUSÃO

Antes de compreender a expansão do fenômeno do crime organizado, é necessário investigar a origem social do e o contexto no qual surgiu a criminalidade organizada em torno do tráfico de entorpecentes no país. No Brasil, a origem e ascensão do crime organizado se deu em contextos de pobreza e exclusão social, e a questão chave para compreender este fenômeno é como tais contextos propiciaram ou facilitaram a expansão do crime organizado. O ponto de partida para compreensão do tipo de organização social que subjaz a criminalidade organizada é justamente os padrões desorganizados de crescimento urbano o Brasil.

Consideram-se historicamente os crescimentos demográfico, geográfico e econômico de São Paulo como ponto de partida para investigação da atual configuração da criminalidade organizada nesta cidade. Por décadas São Paulo foi o centro da economia nacional e o maior pólo industrial do país. Durante o século vinte, a importância econômica da cidade para o país foi o catalisador de mudanças demográficas e econômicas que corroboraram com a formação das regiões periféricas, também chamadas cidades-dormitório, nas quais o planejamento e a infra-estrutura eram, em geral, precárias (Camargo, 1981). Demograficamente, o processo migratório foi responsável pela formação de uma nova configuração social na cidade, em geral associada à expansão geográfica das áreas periféricas mencionadas.

O fator Desorganização Social (DS) em algumas áreas da cidade é evidente: entre 1980 e 2000, os distritos de Anhanguera e Cidade Tiradentes incrementaram suas densidades populacionais em setecentos e dois mil por cento, respectivamente. Como estes processos afe-

tam a organização social das comunidades destas áreas? Deve-se considerar ainda que, nesses contextos, pobreza, precariedade das condições habitacionais e transporte público ineficiente são problemas constantes. Seguindo a perspectiva da DS, estes fatos favorecem conjecturas acerca da composição social destas comunidades, no sentido de como é sua coesão moral, que tipo de organização social que surge neste contexto e qual a relação destas comunidades com o restante da cidade.

A migração de jovens, principalmente do sexo masculino, de baixa qualificação e baixa renda, atraídos pela possibilidade de trabalho é o ponto de inflexão entre os mencionados crescimentos da cidade e a evolução da criminalidade. A oferta de trabalho, mesmo que abundante num cenário de crescimento industrial, dificilmente daria conta de tamanha expansão demográfica. O que se supõe desse crescimento e do perfil populacional que está relacionado a ele é uma parcela significativa desta população migrante concentrando um contingente de pessoas potencialmente atraídas pelos (ou vulneráveis aos) incentivos da criminalidade, dadas às limitações de oportunidades legítimas⁶.

Prescrever a “desorganização” das comunidades que habitam áreas com o mencionado histórico demográfico e as citadas condições sócio-econômicas e habitacionais não significa dizer que tais comunidades não são socialmente organizadas. E tais organizações podem se dar através de outros valores (Akers e Sellers, 2004). O uso da expressão DS remete, mas não se restringe à perspectiva teórica da Escola de Chicago. É necessário que se compreenda a definição dada ao conceito para evitar contradições entre as expressões desorganização e organização social.

A interpretação corrente do conceito de DS procura dar conta dos efeitos gerados pelo rápido processo de crescimento de São Paulo. As condições em que se encontram as populações que compõem os chamados “bolsões de pobreza” implicam em diversas formas de marginalidade: (a) pelas condições de legalidade de uso dos territórios, (b) pela deficiência ou precariedade na oferta de serviços básicos de infra-estrutura urbana, e (c) pelo impacto que estas condições têm sobre as populações residentes quando somadas a determinadas condições sócio-econômicas – por exemplo, baixa renda e pouca educação.

Desorganização Social, portanto, significa alguma forma de marginalização social, espacial ou institucional resultante dos desarranjos causados por processos súbitos de mudanças demográficas, sociais, econômicas ou tecnológicas. Essas categorias de marginalização não configuram uma tipologia e não são mutuamente excludentes. É importante lembrar Merton e

⁶ As noções de oportunidades legítimas e ilegítimas, assim como o uso do termo incentivos são apresentados adiante.

a noção de Estresse Econômico. O tipo de marginalidade ou exclusão dependerá sempre da avaliação da instituição social que se encontra no centro do problema. A marginalização institucional, portanto, pode ser representada pelo grau de desregulamentação da ocupação de determinadas áreas (como favelas), significando algum afastamento dos processos formais de garantia de propriedade, como a escritura do terreno em que um domicílio é construído. Esta garantia inexistente para populações em condições de ocupação não regulamentada. Mas a marginalização institucional também pode significar o afastamento da estrutura de oportunidades legítimas para busca de sucesso pessoal, como emprego, renda e educação. Neste ponto, a marginalidade institucional e a social se confundem. Marginalidade institucional e a espacial também se confundem, na medida em que a espacial não é definida apenas pelo status das áreas de residência, mas também pelas condições gerais das áreas de habitação.

Os contextos de DS produzem condições favoráveis a formas não convencionais de organização social surgirem, como resposta às condições objetivas em que as comunidades ou grupos se encontram. Não é por acaso, ou simplesmente por fatores estruturais como renda, desemprego ou pobreza que um fenômeno como o crime organizado surgiu com maior intensidade em contextos sociais como favelas, bairros periféricos ou muito pobres nas grandes cidades brasileiras. Condicionantes estruturais como renda e educação têm, invariavelmente, peso significativo sobre este fenômeno, dado o conhecido grau e peso que a desigualdade social possui no Brasil. Mas é fundamental não considerar esses fatores isoladamente, e igualmente compreender a interface que estes fatores estruturais têm com as dimensões históricas apontadas, sob o ponto de vista da teoria da desorganização social.

3.3. CONDICIONANTES SÓCIO-ECONÔMICOS E CRIMINALIDADE VIOLENTA

As condições gerais de renda e educação das populações completam o quadro de argumentos na prescrição da criminalidade de São Paulo. Esse argumento considera o peso da instituição econômica em nossa sociedade (Merton, 1938). Este é um ponto que, em nossa perspectiva, independente completamente de uma posição ou abordagem teórica mais aprofundada. Dissertar sobre “a cultura do consumo” ou “as liberdades econômicas” não é importante. O grau de intensidade com o qual indivíduos participam do mercado, enquanto consumidores ou produtores, é igualmente irrelevante para nosso problema de pesquisa. Consideramos suficiente a dedução de que todos indivíduos em nossa sociedade participam ou desejam participar do consumo, porquanto todos possuem necessidades. Sejam quais for, seja

quem supra tais necessidades, ela passa pelo mercado.

A noção de mercado empregada refere-se à rede de relações econômicas, sociais e institucionais, não estritamente monetárias, que todo indivíduo participa. Esta pode ser sua realidade de trabalho, de consumo, de necessidades como alimentação, serviços, instrução, e que também está relacionada a valores morais e sociais. A noção de oportunidades legítimas (ou ilegítimas) que empregamos está diretamente relacionada à perspectiva de mercado definida. Tratam-se tais oportunidades como o conjunto de alternativas, considerando a expectativa de riscos, custos e recompensas, que cada indivíduo tem de atingir seus objetivos econômicos através da rede de relações que o mercado configura. Estas oportunidades não são determinadas, mas são influenciadas pelas condições de poder econômico e educação, individuais e familiares. A rede de relacionamentos pessoais, isto é, o círculo social ao qual o indivíduo pertence é também fator de influência sobre as possibilidades de sucesso pessoal.

Enquanto as oportunidades legítimas configuram o conjunto de alternativas socialmente aceitas para o alcance dos objetivos econômicos, as ilegítimas se referem ao conjunto de alternativas desviantes ou criminosas para o mesmo. As condições individuais e familiares de renda, educação e rede de relacionamentos influenciam da mesma maneira. Disto pode-se deduzir que as características individuais agregadas, como médias de educação e renda, ou o contexto social em que se vive servem como prognóstico adequado das taxas de criminalidade.

Os fatores que influenciam as decisões individuais quanto aos motivos e meios para se inserirem no mercado são considerados como incentivos. Estes podem ser representados pelos ganhos possíveis, econômicos ou não, que um indivíduo espere conquistar através de determinada ação. Por exemplo, o sucesso pessoal, em termos objetivos e subjetivos esperado como um profissional acadêmico ou político são incentivos individuais ao ingresso em uma trajetória universitária ou partidária. Influenciam nessas decisões não somente os fatores concretos (dinheiro ou status social da profissão), mas também o grau de valorização que tais carreiras possuam nos círculos sociais mais próximos do suposto indivíduo.

Os incentivos à participação no mercado não são operacionalizados na pesquisa. Consideramo-los, o supomo-los como fatores exógenos que explicam o peso das variáveis sócio-econômicas na explicação do crime. Como apontou Merton, estes incentivos podem variar pelas buscas individuais de sucesso, mas também podem ser representados por variadas formas de gosto, satisfação ou utilidade cuja diferenciação não é diretamente pertinente. O crucial, por sua vez, é a consideração de que os incentivos à participação no mercado é constante. Inference-se logicamente deste argumento a possibilidade das condições individuais agregadas,

quais sejam, as características agregadas de um grupo ou comunidade, interferirem na estrutura de incentivos à participação no mercado. Especificamente nos referimos à forma como os indivíduos se inserem nessa rede de relações. Na medida em que as características individuais, sobretudo as concernentes aos níveis de educação e capacidade de consumo afetam as oportunidades do indivíduo de atingir seus objetivos econômicos, há um grau lógico de probabilidade que grupos distintos em tais características persigam seus objetivos por métodos distintos.

O comportamento individual criminoso é compreendido como uma resposta ao balanço de incentivos entre uma trajetória através das oportunidades legítimas e outra através das oportunidades ilegítimas (Cloward e Ohlin, 1960), a partir das condições sociais. Não nos referimos à existência de causalidade entre as condições desfavoráveis às oportunidades legítimas, como pobreza e baixa instrução, e a criminalidade. Quando considerado de maneira agregada, o fenômeno pode prescrever probabilisticamente o comportamento individual também de maneira agregada. Empiricamente, especula-se que contextos sociais com altos níveis de pobreza e baixa instrução podem estar correlacionados com níveis maiores de criminalidade. Nestes contextos sociais os incentivos às oportunidades legítimas são menores quando comparados a contextos com melhores condições.

Os incentivos para as alternativas ilegítimas ou criminosas são toda a forma de estímulo individual ou comunitário a estas atividades. Não somente a possibilidade de sucesso pessoal (dinheiro, status, poder sobre outros) é pertinente, mas formas de comisseração entre indivíduos a respeito da atividade (papel “social” do bandido), ou a proteção pessoal e cooperação entre indivíduos que nasce da organização da atividade criminosa são igualmente importantes. Em síntese, o fato de pertencer a uma rede social relacionada ao crime e a amplitude desta rede são importantes formas de incentivo a serem considerados.

Em contrapartida às formas de incentivos que se podem considerar positivas, formas de coerção individual à conformação com o crime podem ser consideradas incentivos negativos. Estes incentivos podem ser pressões do meio social para consentir com ou aderir às práticas, regras ou valores relacionados ao crime ou a organizações criminosas. Trata-se da forma como gangues, quadrilhas ou máfias afetam as comunidades nas quais estas se instalam. O crime organizado das favelas brasileiras, estruturado em torno do tráfico de entorpecentes baseia-se em todas as formas de incentivos mencionados, tanto positivos como negativos. A presença do crime organizado afeta o balanço das oportunidades e riscos para a atividade criminosa, na medida em que oferece proteção, cooperação, atraí e une indivíduos com semelhantes desejos, organizando-os logística e socialmente.

O que nasce neste contexto é um novo tipo de agressor: socialmente predisposto e or-

ganizado para a criminalidade, o que aumenta suas chances de atingir seus objetivos. Portanto, há uma assimetria no desenvolvimento das oportunidades legítimas e ilegítimas. Enquanto a primeira permaneceu estável a segunda foi potencializada pela ascensão e consolidação do crime organizado. Soma-se a isso certas tendências políticas de fácil identificação: a corrupção e ineficiência dos sistemas de repressão do Estado, como polícia, legislação penal e sistema carcerário. Como apontaram Wilson e Kelling (1982), um dos grandes incentivos ao desvio é a impunidade.

Sintetizando os argumentos até aqui apresentados, considera-se a importância da relação entre os condicionantes sócio-econômicos e: (a) os incentivos à participação no mercado e à busca pelo alcance dos objetivos econômicos individuais; (b) a estrutura de oportunidades para atingir estes objetivos; (c) o papel que o crime organizado desempenha em contextos sociais nos quais as oportunidades legítimas são reduzidas; (d) como a presença do crime organizado modifica a estrutura de custos, riscos e recompensas das atividades criminosas.

3.4. CRIME ORGANIZADO E O IMPACTO NAS TAXAS DE HOMICÍDIO

Ao contrário do logicamente esperado pelo que representa a violência das organizações criminosas, o homicídio não cresceu em ritmo acelerado ao longo da última década. Seu crescimento não acompanhou o crescimento de outras formas de criminalidade. Os tipos de crime cujas curvas de evolução foram mais afetadas, em certos casos exponencialmente (Fandiño, 2009), são as modalidades que atingem o patrimônio, não os indivíduos. Deve-se isso ao fato de que os criminosos organizam-se predominantemente para atividades de roubo, furto, tráfico e contrabando. O motivo é simples: são as atividades que tem como incentivo o ganho financeiro.

A pertinência do homicídio não reside na frequência de suas taxas, mas no significado deste no quadro geral da criminalidade. A variação não artificial nas taxas de homicídio pode explicar fenômenos de ordem mais ampla. Como identificou Fandiño, a redução gradual das taxas de homicídio que a América Latina experimentou ao longo do último século tem como fator causal o lento processo de institucionalização da justiça. Crimes passionais, vingança, crimes de honra ou outras modalidades resultantes de conflitos interpessoais são intermediados pela lei e justiça.

Tendências amplas como estas podem ser identificadas indiretamente pela intensidade, frequência e concentração das taxas de homicídios em determinado contexto espacial, tempo-

ral ou social. De modo análogo, o impacto social de organizações criminosas é identificável pela concentração das taxas de homicídios por duas razões, basicamente: (a) a lógica operacional da criminalidade organizada e (b) os conflitos resultantes da competição e manutenção da estrutura do crime organizado.

A lógica de operações do crime organizado inclui as formas de manutenção de sua estrutura através do uso sistemático da violência. Execuções, “queimas de arquivo” e competições internas por poder são alguns dos fatores relacionados à intensidade de homicídios. Há alta probabilidade da punição para erros, traições ou quaisquer ações que prejudiquem as atividades da organização configurar assassinato. A competição entre facções criminosas é também fator de homicídios. Domínio de territórios estratégicos para venda de drogas é apenas um dos exemplos válidos. Igualmente, o constante conflito com forças repressivas tem como produto a concentração de mortes, de ambos os lados, em áreas de interesse das organizações. O resultado desse processo pode ser constatado pela proporção dos homicídios causados por armas de grosso calibre em cidades como Rio de Janeiro (“Notícias de uma guerra particular”, 1999).

Teórica e metodologicamente, as afirmações sobre a natureza e especificidades das atividades da criminalidade organizada são suposições. Em maioria, os fatores apontados não são explorados empiricamente de maneira direta. A idéia central é encontrar os contextos nos quais a penetração da criminalidade organizada é mais provável, e disto compreender seus efeitos. Os contextos propícios à penetração da criminalidade organizada são definidos *a posteriori*, a partir do conhecimento acumulado sobre este fenômeno na realidade das metrópoles brasileiras. Informações proporcionadas por veículos de comunicação e o conhecimento produzido por cientistas sociais brasileiros sugerem uma forte associação entre a realidade de favelas e áreas periféricas das cidades e o crime organizado, segundo a definição que aqui damos ao termo.

Empiricamente, busca-se identificar a coexistência de áreas urbanas que se enquadrem no perfil esperado de “favela” ou “periferia” e os efeitos da presença de organizações criminosas. A hipótese que associa as condições sócio-econômicas e a maior intensidade de homicídios não afirma que as condições de renda e educação são fatores deterministas acerca da criminalidade, tampouco que indivíduos nestas condições tendam mais a tornarem-se criminosos. A asserção indicada pela hipótese diz respeito não às condições dos indivíduos, mas da ecologia humana dos distritos. As condições sócio-econômicas, quando consideradas de modo agregado, representam um processo ou componente mais significativo do que a mera soma das unidades. Concordaria Durkheim (2002) que a concentração de atributos econômicos e

educacionais configuram não apenas um fato estatístico, mas um fato social. Tal fato social é o fator que, em um modelo hipotético, causaria maior criminalidade na medida em que facilitaria a expansão dos caminhos ilegítimos – e com eles suas conseqüências.

4. ANÁLISE DOS RESULTADOS

O processo de tratamento e análise dos dados empíricos, de construção dos modelos causais das regressões e trajetórias foi extenso e contou com muitos testes preliminares que, pelo volume e falta de sistematicidade de apresentação não são demonstrados aqui. Os dados apresentados referem-se aos modelos ótimos de regressões e trajetórias que respeitaram tanto critérios teóricos como critérios estatísticos. Através destes testes foi possível determinar não somente os principais correlatos da mortalidade por homicídio em São Paulo, mas também as características detalhadas destas relações estatísticas e, igualmente, seus significados teóricos.

4.1. DIAGNÓSTICO DA DISTRIBUIÇÃO DAS TAXAS DE HOMICÍDIOS

Os resultados obtidos com os testes preliminares apresentam um diagnóstico espacial e temporal das taxas de homicídios. O objetivo central é comparar não somente a distribuição das taxas de homicídios entre os distritos, mas avaliar como estas se comportaram ao longo dos últimos anos. Um dado fundamental a ser observado é a comparação entre os distritos mais violentos em 2000, com os que mais reduziram as taxas de homicídios entre 2000 e 2004⁷.

Na última década, São Paulo passou por um vertiginoso processo de redução dos níveis de homicídio. Após o ano 2000, época na qual as taxas se encontravam nos patamares mais altos que a história da cidade registrou, a taxa de homicídio foi reduzida significativamente até os anos recentes. Apenas entre 2000 e 2004 a taxa média de homicídios entre os distritos foi reduzida de 56 para 37 homicídios para cada cem mil habitantes. Proporcionalmente, a taxa de homicídios do município diminuiu de 52 para 33 homicídios para cada cem mil habitantes. Em apenas 5 anos a taxa de homicídios recuou 40%. Dados de 2005 indicam que a taxa chegou a patamares de 24 (por 100 mil habitantes).

Esse conjunto de reduções não é um fenômeno natural. Mudanças políticas e esforços sistemáticos de redução da violência são responsáveis pela redução. Com a coleta e divulgação dos dados do próximo censo, em 2010, será possível realizar uma avaliação mais precisa das causas desta redução e o porquê do recuo da violência na cidade.

Estes fatos, entretanto, reforçam a importância do período do recorte da pesquisa. O

⁷ Período de estatísticas disponível pelo PRO-AIM, na época da coleta dos indicadores.

ano 2000 foi, até o presente, o ano mais violento da história de São Paulo. Compreender as causas da curva de elevação da violência neste período é, portanto, crucial. Para fins de contextualização, a Tabela 1 apresenta a comparação do comportamento das taxas dos distritos entre 2000 e 2004.

TABELA 1 - DISTRITOS MAIS E MENOS VIOLENTOS DE SÃO PAULO

Variável	Distrito	Valor	
Taxa de Homicídios 2000 (100k Hab)	Guaianazes	102,49	
	Cidade Tiradentes	102,28	
	<i>Altas</i>	Sé	99,43
		São Mateus	91,70
		Jardim Ângela	90,72
		Jardim Paulista	3,59
		Perdizes	5,86
	<i>Baixas</i>	Moema	7,01
		Lapa	8,31
		Pinheiros	9,52
Taxa de Homicídios 2004 (100k Hab)		Brás	79,57
		Grajaú	75,88
	<i>Altas</i>	Perus	66,86
		Brasilândia	58,17
		Jardim Ângela	57,70
		Consolação	1,85
		Moema	2,79
	<i>Baixas</i>	Lapa	3,34
		Jardim Paulista	3,61
		Alto de Pinheiros	4,51
Variação nas taxas de Homicídio - 2000 a 2004		Perus	34,32%
		Vila Andrade	24,87%
	<i>Aumento</i>	Pari	12,27%
		Brás	8,02%
		Vila Guilherme	7,44%
		Cidade Tiradentes	-70,28%
		São Mateus	-59,55%
	<i>Redução</i>	Sapopemba	-45,99%
		Guaianazes	-45,15%
		Vila Curuçá	-44,60%

Sobre a tendência de redução das taxas, também é interessante observar que dois dos cinco distritos mais violentos em 2000 estão entre os cinco que mais reduziram suas taxas entre 2000 e 2004. São estes os distritos de Guaianazes e Cidade Tiradentes. O distrito de Cidade Tiradentes merece atenção especial por um critério teórico. Este distrito é o que mais aumentou sua população entre 1980 e 2000. Enquanto o segundo distrito que mais cresceu, au-

mentou sua densidade demográfica em aproximadamente 400 por cento, Cidade Tiradentes cresceu mais de 2000% (dois mil por cento) sua densidade. Ou seja, um incremento de 20 vezes sua densidade de vinte anos antes.

Cidade Tiradentes está localizada na área leste da cidade. A área leste é uma das áreas mais violentas da cidade: com a segunda maior média e a taxa recorde para o ano 2000, mais de 100 homicídios por cem mil habitantes. No distrito de Cidade Tiradentes, atualmente com aproximadamente 300.000 habitantes, encontra-se o maior conjunto habitacional da América Latina, com cerca de 40 mil habitações. O projeto destas habitações iniciou na década de 1970, isso explica a explosão populacional que o distrito experimentou durante 20 anos. O intrigante é o fato de redução brusca nas taxas de homicídios ter ocorrido mesmo com a continuidade do crescimento da população. Entre 2000 e 2004 Cidade Tiradentes somou mais 50 mil habitantes.

Chama-se atenção para esses casos que desviam muito das tendências médias da cidade. A relação entre crescimento e o nível de violência é abordada adiante. Com as técnicas estatísticas aplicadas procura-se, entre outros objetivos, compreender o peso do crescimento populacional no fenômeno da violência urbana em São Paulo.

A Tabela 2 apresenta a distribuição geográfica das taxas de homicídios. As áreas centrais e a área sul da cidade são as áreas mais próximas do núcleo de formação da cidade, o marco zero na Praça da Sé. As áreas leste e norte são as que se desenvolveram e expandiram se distanciando mais do centro histórico.

TABELA 2 - DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA DAS TAXAS DE HOMICÍDIO

Área Geográfica	Centro	<i>Nº Distritos</i>		8
		<i>Homicídios*</i>	<i>Mínimo</i>	14,67
			<i>Máximo</i>	99,43
			<i>Média</i>	41,28
	Centro-Sul	<i>Nº Distritos</i>		6
		<i>Homicídios</i>	<i>Mínimo</i>	7,01
			<i>Máximo</i>	55,12
			<i>Média</i>	22,96
	Leste	<i>Nº Distritos</i>		19
		<i>Homicídios</i>	<i>Mínimo</i>	23,33
			<i>Máximo</i>	102,49
			<i>Média</i>	60,33
	Oeste	<i>Nº Distritos</i>		16
		<i>Homicídios</i>	<i>Mínimo</i>	3,59
			<i>Máximo</i>	54,93
			<i>Média</i>	25,33
	Norte	<i>Nº Distritos</i>		1
		<i>Homicídios</i>	<i>Mínimo</i>	51,19
			<i>Máximo</i>	51,19
			<i>Média</i>	51,19
Nordeste	<i>Nº Distritos</i>		10	
	<i>Homicídios</i>	<i>Mínimo</i>	22,14	
		<i>Máximo</i>	88,05	
		<i>Média</i>	39,62	
Noroeste	<i>Nº Distritos</i>		5	
	<i>Homicídios</i>	<i>Mínimo</i>	18,11	
		<i>Máximo</i>	87,33	
		<i>Média</i>	42,36	
Sul	<i>Nº Distritos</i>		7	
	<i>Homicídios</i>	<i>Mínimo</i>	33,25	
		<i>Máximo</i>	90,72	
		<i>Média</i>	69,62	
Sudeste	<i>Nº Distritos</i>		16	
	<i>Homicídios</i>	<i>Mínimo</i>	20,16	
		<i>Máximo</i>	81,54	
		<i>Média</i>	43,38	
Sudoeste	<i>Nº Distritos</i>		2	
	<i>Homicídios</i>	<i>Mínimo</i>	12,28	
		<i>Máximo</i>	63,96	
		<i>Média</i>	38,12	

* Taxa por 100 mil habitantes.

A distribuição das taxas de homicídio não segue um perfil espacial claro. Não são as características espaciais de centro ou subúrbio que acompanham sua distribuição. Os fatores demográficos, como densidade ou tamanho da população também não demonstram direta-

mente nenhuma correspondência com a distribuição dos homicídios. Ao mesmo tempo, as variações temporais detectadas expõem dois problemas: a grande variação que as taxas sofreram a partir do ano 2000, no que diz respeito a sua distribuição dos distritos mais e menos violentos; e os indícios de artificialidade em alguns casos de grande redução nas variações das taxas, como o caso aqui explorado de Cidade Tiradentes. Investigam-se, a partir dessa descrição geral, as causas possíveis da variação das taxas entre os distritos da cidade.

4.2. DIAGNÓSTICO PRELIMINAR DE CORRELAÇÃO ENTRE AS VARIÁVEIS INDEPENDENTES

Como ponto de partida para as análises de regressão e trajetória, demonstram-se os conjuntos de relações diretas entre as variáveis independentes. Tal exposição tem como finalidades apresentar as possíveis causas de colinearidade nos modelos e as relações que serão exploradas na análise de trajetória. A Tabela 3 demonstra os coeficientes de Pearson das relações entre cada par de variáveis individualmente, ou seja, não controladas pelas demais variáveis.

TABELA 3 - CORRELAÇÕES DE PEARSON ENTRE VARIÁVEIS INDEPENDENTES

	Baixa Renda	Educação	População Masculina Jovem	Crescimento Demográfico	SEM Coleta de LIXO	SEM Coleta de ESGOTO	Dom. Improvisados	Favelas	Unidades de Saúde	Mulheres Chefe do Domicílio
Baixa Renda		-,936(**) 0,000	,805(**) 0,000	,677(**) 0,000	,744(**) 0,000	,819(**) 0,000	-0,046 0,665	,555(**) 0,000	0,038 0,719	-,652(**) 0,000
Educação	-,936(**) 0,000		-,819(**) 0,000	-,576(**) 0,000	-,673(**) 0,000	-,763(**) 0,000	-0,035 0,745	-,546(**) 0,000	-0,157 0,138	,677(**) 0,000
População Masculina Jovem	,805(**) 0,000	-,819(**) 0,000		,599(**) 0,000	,665(**) 0,000	,720(**) 0,000	0,053 0,621	,610(**) 0,000	0,090 0,396	-,529(**) 0,000
Crescimento Demográfico	,677(**) 0,000	-,576(**) 0,000	,599(**) 0,000		,682(**) 0,000	,670(**) 0,000	-0,106 0,317	,446(**) 0,000	-0,117 0,269	-,521(**) 0,000
SEM Coleta de LIXO	,744(**) 0,000	-,673(**) 0,000	,665(**) 0,000	,682(**) 0,000		,786(**) 0,000	-0,045 0,669	,536(**) 0,000	-0,027 0,802	-,604(**) 0,000
SEM Coleta de ESGOTO	,819(**) 0,000	-,763(**) 0,000	,720(**) 0,000	,670(**) 0,000	,786(**) 0,000		-0,054 0,608	,702(**) 0,000	-0,007 0,951	-,750(**) 0,000
Domicílios Improvisados	-0,046 0,665	-0,035 0,745	0,053 0,621	-0,106 0,317	-0,045 0,669	-0,054 0,608		0,104 0,326	-0,078 0,460	0,119 0,259
Favelas	,555(**) 0,000	-,546(**) 0,000	,610(**) 0,000	,446(**) 0,000	,536(**) 0,000	,702(**) 0,000	0,104 0,326		-0,047 0,658	-,495(**) 0,000
Unidades de Saúde	0,038 0,719	-0,157 0,138	0,090 0,396	-0,117 0,269	-0,027 0,802	-0,007 0,951	-0,078 0,460	-0,047 0,658		-0,083 0,435
Mulheres Provedora do Domicílio	-,652(**) 0,000	,677(**) 0,000	-,529(**) 0,000	-,521(**) 0,000	-,604(**) 0,000	-,750(**) 0,000	0,119 0,259	-,495(**) 0,000	-0,083 0,435	

** Correlação é significativa ao nível de confiança 0.001.

É perceptível a forte relação entre as variáveis que correspondem ao conceito de Estresse Econômico. O grau de colinearidade do modelo explorado adiante pode ser justificado por estas relações. O mesmo problema não é presente – pelo menos não com a mesma intensidade – entre as variáveis que correspondem ao conceito de Desorganização Social. Essas informações são apresentadas com o intuito de facilitar a interpretação dos testes e servem como ponto de partida das análises que seguem. Devem-se acompanhar os resultados das análises mantendo sempre um paralelo com essas relações básicas, aqui apresentadas.

4.3. REGRESSÃO LINEAR MULTIVARIADA E A COMPARAÇÃO DE DOIS MODELOS

As regressões foram divididas em dois grupos: (a) o conjunto de dimensões operacionais e as respectivas variáveis instrumentais que correspondem à perspectiva da Desorganização Social; e (b) as variáveis que medem a configuração sócio-econômica, correspondendo à perspectiva teórica do Estresse econômico. Conforme afirmado na metodologia da pesquisa, o objetivo é comparar o potencial explicativo dos modelos e as variáveis instrumentais que melhor prescrevem as taxas de homicídios.

Nos testes empíricos não são as teorias que são comparadas, mas as dimensões independentes que estas consideram na previsão da criminalidade. Comparam-se, portanto, as dimensões operacionais do (1) crescimento populacional, (2) da configuração familiar das populações dos distritos, (3) da infra-estrutura ou condições objetivas dos distritos e (4) das condições sócio-econômicas das populações dos distritos.

As dimensões 2 e 4, que descrevem características da população não são agrupadas no mesmo modelo por não pertencerem a mesma linha teórica. Apesar de ser uma característica populacional, a configuração familiar é observada como um produto do processo de desorganização social. Não é o perfil familiar em si que é considerado como um fator produtor de criminalidade, mas sua combinação com fatores de crescimento populacional e condições sócio-ambientais.

O primeiro modelo de regressão conta com as variáveis instrumentais das dimensões 1, 2 e 3 acima descritas (adiante apenas Modelo 1). O segundo modelo comporta as variáveis instrumentais da dimensão 4 (adiante apenas Modelo 2). Os resultados das regressões com os dois modelos são analisados separadamente em detalhe. Após isso se procede às comparações entre os modelos.

4.3.1. Dimensões operacionais da Desorganização Social

O elemento principal do Modelo 1 é a variável que mede o crescimento populacional durante os anos 1980 e 2000. O segundo elemento mais importante do modelo é o conjunto de variáveis que descrevem as condições objetivas de infra-estrutura do distrito. Desse grupo pode-se afirmar a existência de uma interface entre condições de saneamento e a presença de favelas. Isto foi identificado nos diagnósticos preliminares com as variáveis. Estes apontaram a alta correlação entre estas variáveis. Através de correlações controladas, altos percentuais de domicílios sem coleta de lixo ou esgoto apresentaram forte relação com o aumento do número de favelas nos distritos.

Por definição favelas são conjuntos de habitações precárias não regulamentadas, geralmente associadas a áreas de risco. A interface entre essa variável e as variáveis de saneamento significa apenas que estas pertencem a um mesmo universo empírico. Porém, sua relação estatística tem outro peso para o procedimento da regressão linear. A alta colinearidade entre as variáveis implica em aumento artificial do efeito conjunto da regressão.

O objetivo deste ponto é demonstrar situações nas quais variáveis com significativo peso teórico ou conhecido peso empírico na prescrição do crime perdem seu efeito. Estas situações ocorrem justamente quando as variáveis interagem pela técnica estatística e mudam seus efeitos, diferenciando-se seus efeitos diretos sobre a dependente de seus efeitos combinados a outras variáveis. Retorna-se a este ponto na aplicação da técnica de análise de trajetória.

As demais variáveis do Modelo 1 medem a infra-estrutura básica de saúde pública e a incidência do perfil familiar no qual a mulher é a provedora do domicílio. Afirma-se novamente que esse não implica a priori uma família “desagregada” ou “desorganizada”, mas é inserida no modelo por tratar-se de uma dimensão clássica da criminologia. O resultado da regressão é apresentado na tabela abaixo.

TABELA 4 - RESULTADO DA REGRESSÃO PARA MODELO 1

R	R ²	R ² Ajustado	Erro Padrão Estimado	Sig.
0,634	0,401	0,351	19,71847	0,000

A Tabela 4 apresenta os coeficientes gerais da regressão. Com total significância estatística, a regressão realizada com o Modelo 1 demonstrou um coeficiente de 0,40 (R²), ajustado à 0,35. Optou-se pelo valor indicado pelo coeficiente “R² ajustado” por este ser indicador mais rigoroso da regressão linear. Logo, concluiu-se que o conjunto de variáveis do modelo

consegue explicar 35 por cento da variância das taxas de homicídios. A Tabela 5 apresenta os valores da regressão de maneira mais detalhada.

TABELA 5 - COEFICIENTES PARA REGRESSÃO COM MODELO 1

	Coeficientes Não-Padronizados		Coeficientes Padronizados	t	Sig.	Diagnósticos de Colinearidade	
	B	Erro padrão	Beta			Tolerância	VIF
(Constante)	17,615	103,600		0,170	0,865		
Crescimento 1980-2000	31,296	13,376	0,290	2,340	0,022	0,470	2,126
SEM Coleta de LIXO	11,705	14,213	0,120	0,824	0,413	0,338	2,963
SEM Coleta de ESGOTO	13,797	10,564	0,255	1,306	0,195	0,189	5,302
Domicílios Improvisados	24,891	16,789	0,130	1,483	0,142	0,933	1,071
Favelas	46,119	64,974	0,087	0,710	0,480	0,484	2,068
Unidades de Saúde	12,513	19,315	0,056	0,648	0,519	0,950	1,053
Mulheres Provedora do Domicílio	13,092	44,616	0,038	0,293	0,770	0,422	2,368

Os elementos para comparação dos efeitos das independentes nesta tabela são os coeficientes padronizados. O valor “beta” representa o ganho ou peso explicativo das variáveis independentes do modelo na prescrição da variável dependente. O erro padrão ideal deve corresponder à aproximadamente metade do valor B não padronizado. A regra para avaliação do nível de significância estatística é a mesma: para um intervalo com 95 por cento de confiança esperam-se valores inferiores a 0,005 de significância.

Entretanto, observam-se erros-padrão altos para todas variáveis, exceto para o crescimento populacional. Isto por sua vez explica a baixa significância estatística para essas variáveis. Neste ponto é perceptível o efeito que a alta colinearidade entre as variáveis de saneamento e quantidade de favelas têm sobre a regressão. O valor do coeficiente VIF para a variável “Sem coleta de Esgoto” é uma evidência dessa colinearidade, afetando muito a média de inflação do conjunto das variáveis.

Avalia-se o comportamento do teste nesses termos apenas como ressalvas metodológicas. O teste em si não é invalidado por nenhum destes critérios. Como demonstra o indicador da Tabela 4, o teste foi completamente significativo à 95 por cento de confiança. Portanto, é possível comparar os efeitos individuais das variáveis independentes pelo valor beta. Identifica-se, assim, que a variável com menor erro é também a variável com maior peso no modelo.

Para cada incremento de um desvio padrão na distribuição da variável que mede o crescimento populacional, a taxa de homicídios cresce sua distribuição em 0,29 desvio padrão. A oferta de coleta de esgoto os distritos tem relação aproximada a do crescimento com as taxas de homicídios: crescimento em 1 desvio padrão desta representa um ganho de 0,25 desvio padrão na taxa de homicídio.

As demais variáveis não apresentam relações significativas com a variável dependente. E, em seu conjunto, nenhuma das variáveis do modelo possui relação sequer moderada com dependente, ou seja, beta maior que 0,40. O coeficiente R^2 ajustado é um resultado do conjunto destas relações. Cerca de 65 por cento da variação do homicídio não é explicada pelas dimensões da tese da Desorganização Social. Pode-se afirmar que o Modelo 1 é operacionalmente ineficiente no prognóstico das taxas de homicídio. Deste processo de análise e suas constatações retira-se uma indagação: há incrementos na capacidade explicativa das dimensões da DS quanto estas interagem a outros fatores teoricamente pertinentes? Na existência deste incremento, seria este significativo?

O ponto mais importante desta análise é a identificação da variável com maior peso no conjunto. Esta variável não somente tem peso estatístico, como é teoricamente lógica dentro do debate sobre a história da cidade de São Paulo. A combinação da dimensão crescimento demográfico com os fatores mais pertinentes dos condicionantes sócio-econômicos é o que permitirá determinar se existem diferenças pertinentes entre os efeitos diretos e indiretos da DS. Estas questões são respondidas na etapa da análise de trajetória.

4.3.2. Dimensão do Estresse Econômico

As variáveis que compõem o Modelo 2 de regressão linear estão fortemente relacionadas, o que determina atenção e manipulação especial para estas. O modelo agrega a média de anos de estudo da população do distrito, o percentual de domicílios que vivem com até três salários mínimos por mês e a representatividade da população masculina entre 15 e 29 anos de idade. Teoricamente estas são variáveis relacionadas tanto entre si quanto com a variável dependente. Por um lado, educação e renda estão intimamente relacionadas. Essa relação é perceptível em fatores como status social da profissão, satisfação com a profissão e condições de trabalho. Por outro, a população masculina jovem é mais vulnerável à criminalidade urbana, tanto enquanto agressora ou vítima.

A relação estatística entre as variáveis não descreve nada diferente do que é teoricamente prescrito. Estas três variáveis possuem correlações com a taxa de homicídio superiores

a 0,70, quando mensuradas pelo coeficiente de Pearson. De modo geral, a variação destas corresponde geralmente a 70 por cento da variação do homicídio. Naturalmente as relações têm sentidos variados: quanto maior a população jovem, maior o homicídio; quanto menor a renda, maior o homicídio; quanto maior a educação, menor o homicídio.

Colinearidade é um fator evidente. Isso explica a perda de significância da variável “Média de anos de estudo” no modelo. Em correlações controladas, a correlação entre educação e homicídios (anteriormente -0,70) sofre uma brusca mudança quando controlada pelos fatores renda e população masculina jovem. Seu coeficiente cai para -0,017. A significância da relação sobe de 0,000 para 0,874. Em resumo, a variável perde completamente seu efeito.

De modo análogo ao que procedeu com o Modelo 1, os testes com o Modelo 2 não são invalidados. A relação teórica esperada, entretanto, não é observada pelas razões acima descritas. Distorções estatísticas deste tipo são previsíveis quando os indicadores são devidamente manipulados. Quando o peso teórico esperado de uma variável não é o estimado pelo teste usualmente o pesquisador opta por apontar, mas não considerar alguns elementos – colinearidade ou significância, por exemplo. No presente trabalho optou-se por assumir de modo conservador os resultados da regressão. Logo, as variáveis com pouca significância serão suprimidas das etapas seguintes. Enfatizar-se-á as variáveis que mantiveram seu efeito apesar dos fatores metodológicos apontados, o que logicamente leva a crer num alto poder prognóstico destas.

Os resultados da regressão com as variáveis do segundo modelo são expressas abaixo.

TABELA 6 - RESULTADO REGRESSÃO COM MODELO 2

R	R ²	R ² Ajustado	Erro Padrão Estimado	Sig.
0,785	0,617	0,603	15,41395	0,000

O valor de R² ajustado para o Modelo 2 é, conforme esperado, maior do que este valor para a regressão com o Modelo 1. As razões para isso são as acima apontadas: alta correlação (bi-variada) entre as variáveis independentes e a dependente e peso teórico maior. De modo geral pode-se afirmar que este modelo tem maior poder explicativo. Porém, esta não é uma constatação significativa por tratar-se de variáveis intuitivamente ligadas ao fenômeno do crime e às ocorrências de homicídio. A relação entre elas é o que se mostrou analiticamente mais fértil.

TABELA 7 - COEFICIENTES PARA REGRESSÃO COM O MODELO 2

	Coeficientes Não-Padronizados		Coeficientes Padronizados	t	Sig.	Diagnósticos de Colinearidade	
	B	Erro padrão	Beta			Tolerância	VIF
(Constante)	-65,990	51,325		-1,286	0,202		
Baixa Renda	1,692	0,503	0,646	3,367	0,001	0,120	8,345
Educação	1,068	3,023	0,070	0,353	0,725	0,112	8,912
População Masculina Jovem	512,902	252,162	0,240	2,034	0,045	0,317	3,153

As evidências demonstradas na Tabela 7 levantam a questão: porque a variável renda manteve estável seu efeito sobre a dependente enquanto as demais variáveis perderam muito ou todo seu peso? Conforme a comparação do valor beta para as três variáveis permite visualizar, a variação de 1 desvio padrão dos níveis de renda ainda explica 0,64 desvio padrão na variação dos homicídios. Uma correlação forte para os padrões de análises em ciência social. O baixo nível de erro da variável renda é confrontado por um índice de colinearidade alto ($VIF > 4,000$), mas é uma variável completamente significativa para o modelo.

A dimensão renda tem importantes ramificações teóricas. A mais pertinente para a presente pesquisa é o peso da instituição econômica e os incentivos individuais a participação no mercado, conforme discutido na fundamentação teórica do trabalho. O resultado do teste demonstra que contextos de baixa renda e com maior população masculina jovem são mais violentos. As possíveis causas teóricas desta maior violência são discutidas nas considerações finais. Nessa etapa, verificou-se que o crescimento populacional e os padrões de renda eram, em 2000, os melhores prognósticos das taxas de homicídios para os distritos da cidade de São Paulo. A partir desta conclusão questiona-se se a combinação destes fatores prescreve melhor as taxas de homicídios, ao mesmo tempo em que permite verificar o quanto da criminalidade não consegue ser explicada por este conjunto de fatores.

4.4. ANÁLISE DE TRAJETÓRIA

Enquanto a regressão linear permitiu avaliar a relação direta das variáveis independentes com a variável dependente, a análise de trajetória permitiu interferir nestas relações diretas outras variáveis. Foi possível, assim, comparar a diferença entre os efeitos diretos e indiretos

de fatores como crescimento populacional sobre a taxa de homicídio. Ao mesmo tempo, foi possível compreender melhor a relação destas variáveis dentro da lógica histórica que os fatores de prognóstico do homicídio têm.

As variáveis que compuseram o modelo de análise de trajetória foram determinadas pelas regressões. Dessa maneira, as variáveis instrumentais inseridas no teste foram: (a) crescimento Populacional, (b) população masculina jovem, (c) domicílios com baixa renda e (d) percentual de favelas. Esta última foi escolhida em substituição a variável que mensura o percentual de domicílios do bairro que não são cobertos por coleta de esgoto. A dimensão Favela faz mais sentido teórico e sua variância é bastante semelhante a da variável que mede a cobertura da rede de esgotos.

Dois procedimentos foram executados. O primeiro exploratório, com a finalidade de identificar as relações com maior impacto e diferenciar os efeitos diretos dos indiretos para a variável que mede o crescimento populacional. O segundo, com o modelo identificado analisam-se os efeitos totais do modelo sobre a variável dependente e a adequação dos dados ao procedimento. O modelo exploratório é apresentado na Figura 2.

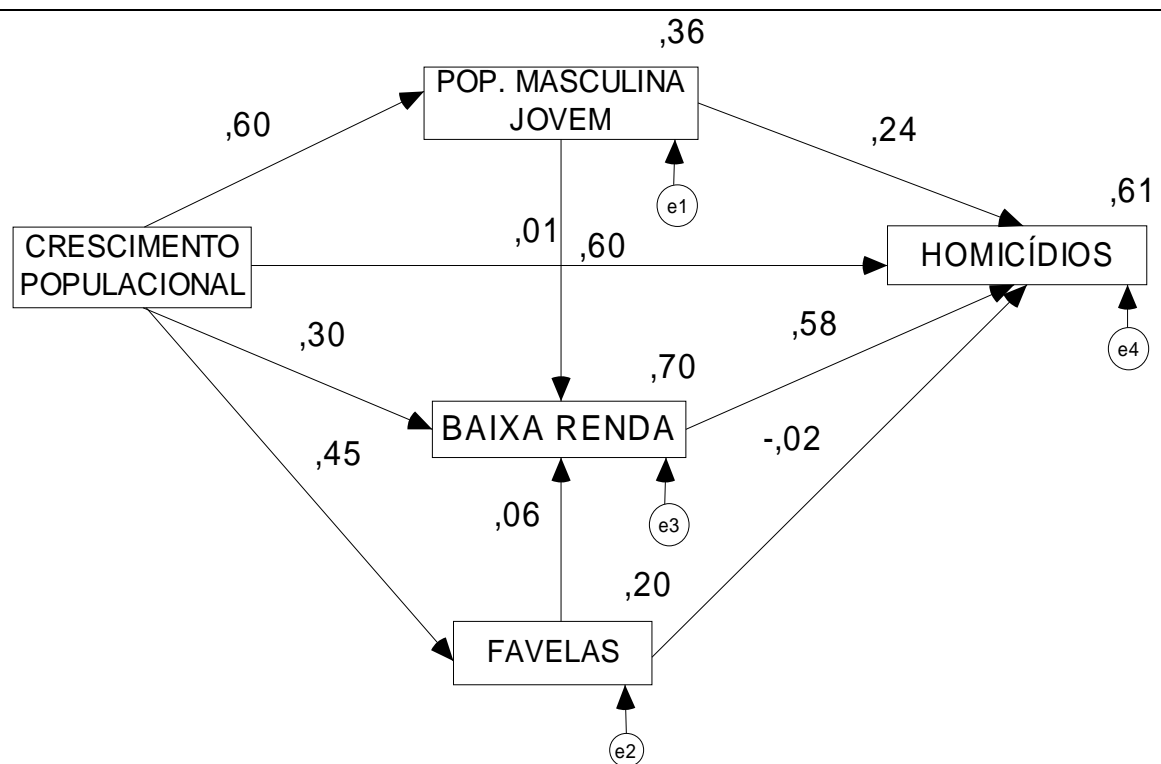


FIGURA 2 - MODELO EXPLORATÓRIO

Nos retângulos são representadas as variáveis observadas do modelo, os círculos representam os respectivos erros estatísticos para cada uma das variáveis. As setas indicam o

sentido da relação de causalidade e os valores sobre cada uma das setas é o fator de correlação. Esse fator de correlação pode ser interpretado de modo semelhante ao valor R^2 de uma regressão. Dessa forma, identifica-se que o crescimento populacional neste modelo não tem efeito sobre as taxas de homicídios. Seu efeito direto sobre o homicídio é apenas 1 por cento. Do mesmo modo, a variável favela tem um efeito baixo e negativo sobre o homicídio – o que também é teoricamente incoerente. A Tabela 8 confirma os detalhes das relações expostas na figura acima.

TABELA 8 – MATRIZ EFEITOS DIRETOS

	Cresc. Populacional	Favelas	Pop. Masc. Jovem	Baixa Renda
Favelas	,446	,000	,000	,000
Pop. Masc. Jovem	,599	,000	,000	,000
Baixa Renda	,299	,065	,597	,000
Homicídios	,012	-,025	,237	,582

Baixa renda e população masculina jovem são novamente as variáveis de maior peso. Comparando os efeitos indiretos e totais, entretanto, pode-se conferir o significativo ganho da variável “crescimento populacional” na relação com as demais variáveis do modelo (Tabela 9 e Tabela 10). Apesar de baixo efeito direto, o efeito indireto do crescimento populacional sobre a taxa de homicídio salta de 1 para 53 por cento. Quando intermediada pelas dimensões renda, perfil demográfico e as condições de infra-estrutura do distrito o crescimento corresponde a mais de 50 por cento das situações de aumento no homicídio.

TABELA 9 – MATRIZ EFEITOS INDIRETOS

	Cresc. Populacional	Favelas	Pop. Masc. Jovem	Baixa Renda
Favelas	,000	,000	,000	,000
Pop. Masc. Jovem	,000	,000	,000	,000
Baixa Renda	,387	,000	,000	,000
Homicídios	,530	,038	,348	,000

O efeito total da trajetória exploratória, ou seja, sem cortes nas relações não significativas, não representou ganho de capacidade explicativa do modelo em relação à regressão linear com o Modelo 2. A trajetória mais completa prescreve apenas 54 por cento da variação da taxa de homicídio, considerando o efeito combinado de todas variáveis (Tabela 10). Nota-se que este efeito é menor que a variável baixa renda sozinha, isto é 58 por cento.

TABELA 10 - MATRIZ EFEITOS TOTAIS

	Cresc. Populacional	Favelas	Pop. Masc. Jovem	Baixa Renda
Favelas	,446	,000	,000	,000
Pop. Masc. Jovem	,599	,000	,000	,000
Baixa Renda	,686	,065	,597	,000
Homicídios	,543	,013	,585	,582

4.4.1. Modelo identificado

O modelo identificado suprimiu as relações diretas do crescimento populacional e das favelas sobre o homicídio, pelo baixo valor dos coeficientes identificados na etapa exploratória. A relação entre as variáveis favela e baixa renda foi mantida apesar de seu baixo valor (0,06), devido à sua pertinência teórica. A trajetória final é produto tanto de uma adequação metodológica quanto de uma adequação teórica. Identificadas as variáveis mais pertinentes, a etapa seguinte foi estabelecer o sentido histórico da relação entre estes fatores.

A FIGURA 1 – MODELO HIPOTÉTICO DE TRAJETÓRIAS
demonstra as variáveis finais e suas relações diretas.

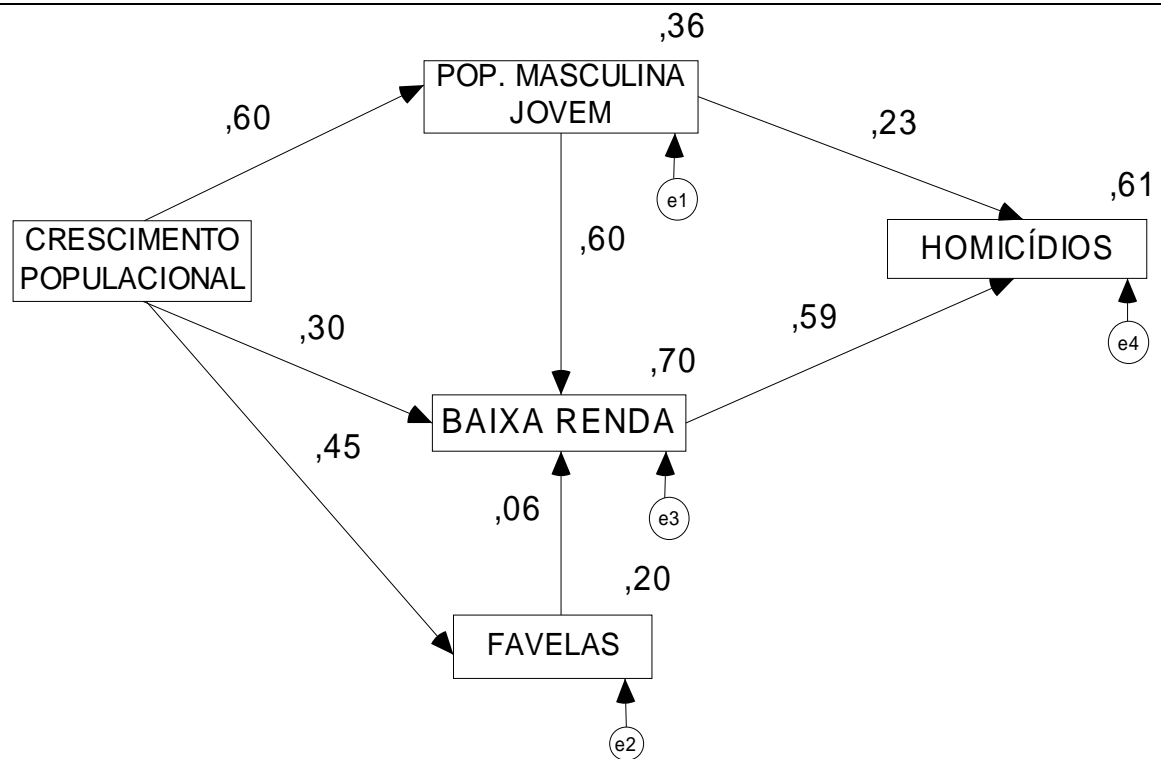


FIGURA 3 - MODELO IDENTIFICADO DE TRAJETÓRIA

Os valores dos estimadores permaneceram estáveis em relação à trajetória inicial (exploratória). Não houve alteração significativa no efeito total do caminho sobre a variável dependente. Por um lado, apesar deste modelo de trajetória configurar um modelo ótimo de combinação das variáveis, não há incremento explicativo deste modelo em relação à técnica de regressão linear. Por outro, o modelo oferece uma perspectiva mais complexa e eficiente (teoricamente) de expressar as relações estipuladas entre os fatores de prescrição do homicídio. As tabelas abaixo demonstram em detalhe essas relações.

Os indicadores expressos na Tabela 11 se referem ao grau de adequação estatística do modelo de trajetória estabelecido. Suprimindo os detalhes dos cálculos, pode-se afirmar genericamente para todos os índices que valores próximos a 1 indicam a correta adequação. Pela maioria dos indicadores conclui-se que o modelo identificado está livre do problema de adequação dos dados, reforçando a significância das relações expressas na Tabela 12.

TABELA 11 - ADEQUAÇÃO DO MODELO AOS DADOS.

Modelo Identificado	NFI Delta1	RFI rho1	IFI Delta2	TLI rho2	CFI
	,916	,721	,926	,748	,924

TABELA 12 - EFEITOS TOTAIS (MODELO IDENTIFICADO)

	Cresc. Populacional	Favela	Pop. Masc. Jovem	Baixa Renda
Favela	,446	,000	,000	,000
Pop. Masc. Jovem	,599	,000	,000	,000
Baixa Renda	,686	,065	,597	,000
Homicídio	,540	,038	,579	,587

Novamente, os indicadores podem ser interpretados de maneira análoga ao R^2 . Comparando os efeitos totais da trajetória inicial com a identificada observa-se que o ganho do modelo foi inferior a 2 por cento. Em outras palavras, nenhum ganho. Suprimir os caminhos com baixa significância tampouco representa melhorias, pois o efeito total permanece estável. O efeito total do modelo, porém, é um coeficiente praticamente idêntico à correlação de Pearson entre as variáveis “Crescimento” e “Homicídio”, isto é, os dois extremos da trajetória. O coeficiente de Pearson para relação entre estas variáveis é igual a 0,541, enquanto o efeito total do modelo foi 0,540. Isso demonstra que o modelo explica bem a relação entre as variáveis, e que não é o “Crescimento” que afeta em torno de 50 por cento dos homicídios, mas a combinação de fatores apontados – dimensões favela, população jovem e baixa renda.

Sinteticamente, verificam-se nos resultados dos testes dois fatos. Primeiro, que este é o modelo ótimo de variáveis, tanto no que se refere à sua pertinência teórica e empírica, quanto às interações entre elas. Segundo, que o conjunto identificado explica menos de 60 por cento do comportamento do homicídio. Referindo-se aqui evidentemente às dimensões teóricas incorporadas na pesquisa. Há possibilidade de existirem prognósticos melhores às taxas de homicídios que não os determinados pelas perspectivas da Desorganização Social ou do Estresse Econômico. Entretanto, dentro das dimensões aqui analisadas detectou-se apenas que a renda cumpre um papel significativo na prescrição da taxa de homicídio. Compreender o pa-

pel desta dimensão é o objetivo das considerações finais, confrontando este fato à conjuntura geral da criminalidade construída até aqui.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O recorte de análise selecionado pela presente pesquisa aborda apenas um aspecto da criminalidade. Precisamente um tipo específico de crime, o homicídio. Ao discutir-se teórica ou empiricamente este fenômeno é impossível separar este das demais modalidades de crime existentes, e que variam de acordo com contextos sociais específicos. A criminalidade, como outros fenômenos sociais, é diretamente afetada pelas conjunturais políticas, culturais e econômicas nas quais se insere.

Entretanto, a comparação de grandes dimensões geralmente pormenoriza pertinentes fenômenos paralelos ao fenômeno da violência, como fatores locais que descrevem melhor as condições de reprodução deste problema social do que dimensões macro-agregadas. Fatores locais podem desaparecer também pelo caminho inverso: a excessiva ênfase nas dimensões microscópicas da vida social, procurando explicar um fenômeno que se encontra fora do indivíduo através apenas de trajetórias de vida, ou relações sociais próximas ou as “visões de mundo”.

A pertinência dessas dimensões macro e micro agregadas não são descartadas teoricamente. Porém, a análise teórica do fenômeno da violência no Brasil, especialmente o homicídio, apresenta desafios que não se apresentam nem macroscópica, nem microscopicamente. Não se tratam nem de fatores individuais, nem somente de aspectos estruturais da realidade social do país. Como foi possível observar no processo de análise, determinantes estruturais e individuais são parte da explicação do fenômeno do homicídio. Mas na combinação desses se forma um quadro explicativo mais coerente, dando clareza à configuração social que subjaz os cenários de intensificação deste tipo de crime. O que melhor traduz esta configuração social, na opinião deste pesquisador, é a realidade do crime organizado que habita as áreas periféricas das metrópoles brasileiras, entre as quais a cidade de São Paulo foi selecionada como representativa.

Assumindo isso, o passo seguinte foi construir um meio consistente de avaliar o impacto do fator crime organizado no fenômeno do homicídio. Na ausência de uma forma direta e segura de medir este impacto, procurou-se substituir a pergunta por uma forma mais aberta de indagação: se a conjuntura da criminalidade está mudando, frente às transformações sociais representadas pela ascensão do crime organizado, como as teorias tradicionais, que não definem, abordam ou consideram diretamente o impacto de tal fator sobre o crime conseguem explicar a realidade presente da criminalidade? As dimensões conceituais destas teorias foram

durante décadas reexploradas, reconstruídas, reexaminadas na explicação do mesmo fenômeno. Confiando no avanço destas teorias e no ganho de conhecimento representado por toda a pesquisa na área de ciência social, assumiram-se seus prognósticos acerca da criminalidade.

A pesquisa deu prosseguimento ao teste empírico e a confirmação da capacidade explicativa dos principais conceitos e dimensões operacionais de duas das principais teorias clássicas em criminologia, originadas no contexto da Escola de Chicago. As dimensões selecionadas foram escolhidas não somente por sua pertinência teórica, mas também pela coerência com o processo histórico de desenvolvimento da cidade de São Paulo.

O ponto de partida para a compreensão da evolução da cidade foi o significativo incremento populacional impulsionado pelo desenvolvimento industrial, o papel que esta ocupa na economia do país e o concomitante e intenso êxodo rural experimentado no Brasil. O resultado imediato deste crescimento é a aglomeração de populações precariamente instaladas na cidade, pouco educadas e que competiam por espaço em um mercado de trabalho que, por maior que fosse comparativamente a outros no país, não absorvia a maior parte dessa população migrante. A formação de favelas, a ocupação de áreas não preparadas para habitação, o desemprego são algumas conseqüências lógicas dessa configuração histórica (Camargo, 1981).

Entretanto, as conseqüências desta configuração se estendem além desses aspectos de urbanização e condições sociais. A situação genericamente referida como favela, presente em praticamente todos os grandes centros urbanos do país se consolidou ao longo de da história conferindo a estas comunidades aspectos muito peculiares de organização social e econômica. A presença do “Estado”, isto é, o conjunto de proteções sociais, serviços básicos, a garantia do cumprimento de leis e de direitos é um fator considerado falho, precário ou inexistente por pesquisadores (Soares, 2000; Zaluar, 2004). Esta condição confere a estas realidades sociais um status diferenciado. Mesmo considerando que o suposto papel do Estado é apenas um modelo ideal-típico de concepção de seu funcionamento. A relação entre o Estado e a sociedade varia muito e está diretamente relacionada ao grau de influência que diferentes grupos sociais possuem e como estes “negociam” suas demandas com as instituições que representam o poder público. Na incapacidade de influenciar ou negociar, o impacto das falhas do estado nessas comunidades tem como conseqüência o que consideramos a “marginalidade institucional” destas comunidades.

A “marginalidade institucional” é definida pela reação social à ineficácia de mecanismos de manutenção de lei e de garantia de direitos. A funcionalidade e eficiência destes mecanismos determinam o meio como uma sociedade soluciona seus conflitos interpessoais ou

de organização social. Grupos ou comunidades afastadas destes mecanismos institucionalizados são mais propensas a seguir caminhos não legítimos, ou “desinstitucionalizados” de solução de conflitos ou de manutenção de direitos. Da mesma maneira, o distanciamento destes mecanismos implica em um afunilamento das oportunidades legítimas na busca por objetivos coletivos ou individuais.

Desse cenário que deriva a suposição inicial da pesquisa que as comunidades com piores condições e, logicamente, as mais institucionalmente marginalizadas são as mais vulneráveis ao impacto social de organizações criminosas. Todavia, a ascensão das organizações nestes cenários não depende exclusivamente do status marginal de suas populações, frente às principais instituições formais. Critérios sócio-econômicos são determinantes.

A análise empírica detectou que não somente o crescimento populacional acelerado e as condições precárias de saneamento são características relacionadas aos distritos mais violentos. A concentração de população jovem do sexo masculino e de famílias com baixa renda domiciliar são fortes determinantes dos distritos com maior mortalidade por homicídio. A baixa renda domiciliar é, sozinha, o mais forte prognóstico estatístico das taxas de homicídio em São Paulo no ano 2000. Detectou-se também que, ao contrário do teoricamente esperado, a dimensão educação não é uma variável significativa na prescrição das taxas de homicídio.

O universo identificado é definido por contextos sociais institucionalmente marginalizados, com maior concentração de população jovem, nos quais a probabilidade de presença de organizações criminosas é alta. Logo, baixa renda ser o melhor prognóstico das taxas de homicídio vai ao encontro das discussões sobre incentivos, riscos e recompensas na ação criminosa. A forma como esses condicionantes tornam-se incentivos à participação na criminalidade não pode ser compreendida fora da realidade da criminalidade organizada. O contrário significaria apenas uma forma de determinismo estrutural, no qual as condições sócio-econômicas ou o ambiente social o qual se habita determinariam sozinhos a gama de oportunidade e ações individuais.

É na interação entre os fatores de ordem individual com os de ordem estrutural que o impacto social das organizações criminosas é seguramente maior. A redução significativa das oportunidades legítimas, na busca pelos objetivos econômicos, individuais e coletivos, determina o contexto mais propício à carreira criminal se tornar uma alternativa. As necessidades individuais e familiares, desejo de consumo, conforto, a busca pelo sucesso econômico individual são incentivos uniformes. O peso inexorável da instituição econômica não é um aspecto peculiar da sociedade brasileira. Negá-lo é – independente de posições teóricas ou políticas – uma tarefa com remotas chances de sucesso.

Enquanto os incentivos são uniformes, os meios para atingir tais objetivos, todavia, são extremamente variados e desiguais. Em todos os cenários nos quais os incentivos ou as necessidades são indelévels, mas os meios existentes são ineficientes, nascem os caminhos alternativos. O crime organizado além de ocupar espaço dentro de um mercado que, apesar de ilícito, é extremamente lucrativo, também preenche uma lacuna social como alternativa àqueles para os quais, por suposição ou constatação, os meios legítimos são essencialmente ineficientes na busca por seus objetivos.

As condições sociais que possibilitam tanto a penetração, como o funcionamento das organizações criminosas baseadas no uso da violência são as condições de marginalidade institucional e econômica. Enquanto a primeira oferece o contexto de relações sociais, e a forma como indivíduos e os grupos se relacionam com os mecanismos formais de resolução de conflitos, a segunda fornece a estrutura de incentivos econômicos à participação nas atividades criminosas. Em uma frase, estes incentivos são expressos na promessa de lucro rápido. É atingir com mais velocidade os desejos imediatos relacionados a poder e consumo, por irônico que soe, sem “se matar trabalhando”.

A amplitude de oportunidades legítimas é definida pelo status sócio-econômico individual e, ou da comunidade a qual um pertence. A probabilidade de sucesso ou ascensão social é significativamente reduzido para populações de baixa renda, pouca educação formal e que residem em áreas periféricas. Em contraposição, o caminho ilegítimo que traz como custos a exposição à violência e a submissão às regras da organização, não exige o investimento pessoal em educação e em uma trajetória longa para a conquista de objetivos. É importante notar que traficantes de favelas brasileiras dificilmente enriquecem, e que sua milícia é formada principalmente por jovens (às vezes muito jovens) o sexo masculino. Quando se cita a conquista de objetivos, muitas vezes trata-se de padrões de consumo equivalentes ao consumo de massas: roupas de marcas, celulares, computadores ou possuir um veículo. Estes padrões de consumo são os principais incentivos ou motivadores entre jovens para a entrada nos estratos mais baixos de uma organização criminosa.

Por um lado, pode-se justificar teoricamente a atual configuração social que engloba a presença e o significado do crime organizado de maneira lógica. Esta seria uma resposta à condição histórica de marginalidade, desigualdade e discriminação das populações mais pobres dos centros urbanos brasileiros, cujas oportunidades e direitos foram sistematicamente negados ao longo de gerações. O crime organizado cumpriria, nestes casos, um papel social preenchendo as lacunas deixadas pelas falhas ou descaso das instituições formais e da sociedade, genericamente.

Por outro lado, os efeitos da presença destas organizações são socialmente perversos. É experienciado cotidianamente um ciclo de violência marcado, sobretudo, por homicídios, por uma forma de “justiça” baseada na força física, na competição através da força, tanto entre facções como contra forças policiais. São estes os efeitos do que se pode considerar como a lógica operacional da criminalidade organizada, cuja própria natureza da organização, fundamentada no uso da violência, explica.

O conjunto de efeitos negativos, que tem como principal representante o nível de mortalidade por homicídios é experimentado pelas populações que residem nos contextos marcados pela presença de organizações criminosas, assim como pela sociedade. Aqueles que não experimentam diretamente são informados através dos veículos de comunicação, das estatísticas oficiais, da atenção que o tema assume na vida pública pelo constante debate político sobre as formas de se reduzir os níveis de violência.

Não é um critério quantitativo que define a gravidade do homicídio. Sua frequência é muitas vezes menor do que as formas de crime contra patrimônio, ou agressões físicas. Igualmente, não é este um crime de importância econômica (pelo menos não diretamente), como os crimes de colarinho branco, a corrupção política, os roubos ou furtos. A centralidade do homicídio na análise da criminalidade pode ser sintetizada pelo valor moral da vida, mas também pelo reflexo que a intensidade deste gera na credibilidade das instituições sociais.

A intensidade dos homicídios nas áreas exploradas da cidade de São Paulo, da mesma forma que em outras metrópoles nacionais, coopera com o estigma das “terras sem-lei”. Esta é a noção de que a realidade em determinadas comunidades, bairros ou distritos da cidade equivalem aos cenários fictícios de filmes de faroeste. Este estigma é seguramente injusto com as populações residentes destas áreas, ao mesmo tempo em que reforça o símbolo de poder dos criminosos organizados nestas comunidades excluídas. O resultado provável desta combinação é o falso pressuposto de que os problemas relacionados à violência e à criminalidade nessas comunidades estão além do alcance do Estado ou sociedade. Estas noções são reforçadas em função da importância social do homicídio, e apesar do estigma da “terra sem-lei”, nas áreas nas quais a presença do crime organizado é mais intensa o homicídio é resultado de regras bem claras.

Enquanto um empreendimento econômico, mesmo que ilícito, o tráfico de entorpecentes necessita de estabilidade, do controle de mercado, da manutenção de contratos. Da mesma maneira que nas etapas pré-civilização (Elias, 1994), o uso da violência cumpre estes papéis na ausência de outros mecanismos institucionalizados. Logicamente, se um ato criminoso é cometido contra outro ator criminoso, este último não pode recorrer à lei para se proteger ou

garantir seus interesses. Através da violência, o crime organizado das metrópoles brasileiras controla suas áreas ou mercados, pune aqueles que não seguem suas regras, defende seus interesses. Violência não é a única ferramenta. A possibilidade de corromper, intimidar ou agregar é sempre preferível ao arriscar a vida. Mas, de modo geral, o funcionamento da organização depende da violência.

O aumento das taxas de homicídios, até seu ápice em 2000, acompanha também outro aspecto da evolução do crime organizado. Sabe-se que a expansão mais acelerada que a criminalidade organizada no Brasil experimentou ocorreu durante a década de 1990. Esse é o período de consolidação do mercado da cocaína e, para expandir-se, o crime organizado no tráfico necessitou obviamente um maior contingente de atores. Apesar da intensificação das atividades e do aumento da competição, o tráfico tornou-se uma atividade cada vez mais atraente. Não se pode esquecer que se trata de uma das maiores economias do mundo, livre de impostos e controles de fluxo e – talvez o mais importante – com clientes fiéis. Tráfico de drogas não é atividade exclusiva de nenhum estrato social.

Esse processo consolidou a posição das organizações criminosas e, em certa medida, cooperou com a sensação da redução dos riscos da atividade. Sinteticamente, a trajetória aqui definida afirma que (1) com a ascensão dos mercados de entorpecentes cresceram também as organizações criminosas; (2) a expansão destas organizações só foi possível pela agregação de mais indivíduos, aumentando seu contingente de criminosos e expandindo sua gama de ações; (3) pela natureza das atividades destas organizações, e pelo significado social destas, o aumento deste contingente humano resultou em um aumento equivalente das conseqüências de suas ações, expressas no aumento de homicídios.

A pesquisa permitiu identificar e apresentar evidências sobre uma tendência de interpretação do fenômeno do homicídio que paira sobre a sociedade, alimentada por informações cotidianas. Entre as quatro hipóteses de trabalho, sobre os fatores relacionados ao comportamento das taxas de homicídio, três tiveram sua relação confirmada e mensurada. Para pesquisas futuras pensa-se que os modelos estabelecidos devem ser re-analisados com dados futuros. A razão para isso é a expressiva redução nos homicídios que São Paulo começou a experimentar a partir do ano 2001. Essa redução leva à questão: com o declínio na curva dos homicídios, mudaram as condições gerais de sua reprodução, representadas pelos principais prognósticos do homicídio identificados neste trabalho? Esta questão é deixada em aberto até a disponibilidade de novos indicadores, esperados com o Censo 2010 elaborado pelo IBGE.

6. REFERÊNCIAS

- Adorno, S. Salla, F. 2007. *Criminalidade Organizada nas prisões e os ataques do PCC*. In: Estudos Avançados, 21 (61) 2007.
- Akers, Ronald; Sellers, Christine. 2004. *Criminological Theories: Introduction, Evaluation, and Application*. Roxbury Publishing Company, 4a. Ed.
- Beato, C; Peixoto, B; Andrade, M. 2004. *Crime, Oportunidade e Vitimização*. In: Revista Brasileira de Ciências Sociais, vol 19, nº 55. Junho/2004
- Beato, Claudio; Assunção, R.; Silva, B.F.; Marinho, F. 2000. *Conglomerados de Homicídios em Belo Horizonte*. In: Congresso ANPOCS, 2000, Petrópolis. GT 21 do XXI Congresso da Anpocs, 2000.
- Beato, Claudio; Reis, Ilka. 2000. *Desigualdade, Desenvolvimento Sócio-econômico e Crime*. In: Ricardo Henriques. (Org.). *Desigualdade e Pobreza no Brasil*. 1 ed. Rio de Janeiro: IPEA, 2000, v. , p. 385-405.
- Becker, Gary. 1968. *Crime and Punishment*. In: Journal of Political Economy, vol. 76 (2), March-April 1968, p.196-217
- Bentler, P.M. 1990. *Comparative fit indexes in structural models*. In: Psychological Bulletin, 107, 238–246
- Bentler, P.M. & Bonett, D.G. 1980. *Significance tests and goodness of fit in the analysis of covariance structures*. In: Psychological Bulletin, 88, 588–606
- Bollen, K.A. 1986. *Sample size and Bentler and Bonett's nonnormed fit index*. In: Psychometrika, 51, 375–377.
- Bollen, K.A. 1989. *A new incremental fit index for general structural equation models*. In: Sociological Methods and Research, 17, 303–316.
- Braithwaite, John. 1989. *Crime, Shame and Reintegration*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Bursik, Robert. 1984. *Urban Dynamics and Ecological Studies of Delinquency*. In: Social Forces 63, pp. 393-413
- Camargo, Cândido P.F. 1981. *São Paulo 1975: crescimento e pobreza*. São Paulo: Loyola.
- Cano, I; Santos, N. 2001. *Violência Letal, Renda e Desigualdade Social no Brasil*. Rio de Janeiro: 7Letras.
- Cloward, Richard; Ohlin, Lhoyd. 1960. *Delinquency and Opportunity*. New York: Free Press.
- Donohue, John; Levitt, Steven. 2001. *The Impact of Legalized Abortion on Crime*. In: The

- Quarterly Journal of Economics. Vol. CXVI (May 2001), Issue 2. Cambridge: Harvard University.
- Durkheim, Emile. 2002. *As Regras do Método Sociológico*. São Paulo: Companhia Editora Nacional.
- Elias, Norbert. 1994. *O Processo Civilizador*. Rio de Janeiro: Zahar, 1994. 2v.
- Engels, Friedrich. 1974. *The Condition of the Working Class in England*. Frogmore: Panther Books.
- Fandiño, J. M. 2000. *A violência na América Latina e os seus ciclos históricos altruísta e egoísta/anômico*. In: Revista do direito. Santa Cruz do Sul, RS n.º 14 (jul./dez.), pp. 45-64.
- Fandiño, J. M. 2004. *Ciclos históricos da violência na América Latina*. In: São Paulo em perspectiva. São Paulo Vol. 18, n. 1 (jan./mar.), pp. 31-38.
- Fandiño, J. M. 2009. *Sobreviventes, Bandidos e Rebeldes: perspectiva histórica e o novo caráter da agressividade social na América Latina*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC – No prelo
- Fandiño, J. M. 2002. *Análise comparativa dos efeitos da base socioeconômica, dos tipos de crime e das condições de prisão na reincidência criminal*. In: Sociologias, ano 4, n.º 8, 2002. p. 220-244.
- Felson, M. 1998. *Crime and Everyday Life*. Second Edition. Thousand Oaks, CA: Pine Forge Press.
- Felson, M; Clarke, R. V. 1998. *Opportunity Makes the Thief*. Police Research Series, Paper 98. Policing and Reducing Crime Unit, Research, Development and Statistics Directorate. London: Home Office.
- Garson, David. 2008. *Path Analysis*. Disponível em: <http://faculty.chass.ncsu.edu/garson/PA765/path.htm>. North Caroline University: North Caroline.
- Gill, Peter. 2006. *Organized Crime*. In: Eugene McLaughlin and John Muncie, The Sage Dictionary of Criminology, 2nd ed., London: Sage.
- Gootfredson, M; Hirsch, T. 1990. *A General Theory of Crime*. Stanford: Stanford University Press.
- Hirschi, T. 1969. *Causes of Delinquency*. Berkeley: University of California Press.
- Jankowski, Martin S. 1991. *Islands in the street: gangs and American urban society*. Berkeley: University of California.
- Kahn, T. 1997. *Índice de Criminalidade: construção e uso na área da segurança pública*. In: Revista do ILANUD, n.º 02. São Paulo.
- Kanh, T; Zanetic, A. 2005. *O Papel dos Municípios na Segurança Pública*. In: Relatório

- Final: Concursos Nacionais de Pesquisas Aplicadas em Justiça Criminal e Segurança Pública. SENASP, Abril de 2006.
- Levitt, Steven. 2005. *Freakonomics: o lado oculto e inesperado de tudo que nos afeta*. Rio de Janeiro: Elsevier.
- Lima, Renato S. 2002. *Criminalidade Urbana: conflitos sociais e criminalidade urbana – uma análise dos homicídios cometidos no município de São Paulo*. São Paulo: Sicurezza.
- Lunde, Paul. 2004. *Organized Crime: An Inside Guide to the World's Most Successful Industry*. New York: DK Publishing, Inc.
- Merton, Robert. 1938. *Social Structure and Anomie*. In: American Sociological Review. Vol. 3:672-82. October, 1938.
- Notícias de uma guerra particular*. 1999. Direção: João Moreira Salles, Kátia Lund. Videofilmes: Brasil. 56 min.
- Park, Robert E. 1915. *The City: Suggestions for the Investigation of Human Behavior in the City Environment*. American Journal of Sociology 20 (1915): 577-612.
- Park, Robert; Burgess, Ernest. 1925. *The City*. Chicago: University of Chicago Press
- Peres, M; Cardia, N; Mesquita Neto, P; Santos, P; Adorno, S. 2008. *Homicídios, desenvolvimento socioeconômico e violência policial no Município de São Paulo, Brasil*. Rev Panam Salud Publica. 2008;23(4): 268–76.
- Quinney, Richard. 1977. *Class, state and crime: on the theory and practice of criminal justice*. New York: D. Mckay.
- Sampson, Robert. 1986. *Neighborhood Family Structure and the Risk of Personal Victimization*. In: The Social Ecology of Crime. James M. Byrne e Robert J. Sampson (eds.). New York: Springer-Verlag. pp. 25-46.
- Sampson, Robert. 1987. *Communities and Crime*. In: Positive Criminology. Michael R. Gottfredson e Travis Hirschi (eds.). Newbury Park, CA: Sage, pp. 91-114.
- Sampson, Robert; Groves, Byron. 1989. *Community Structure and Crime: Testing Social Disorganization Theory*. American Journal of Sociology 94, pp. 774-802.
- Shaw, Clifford and Henry McKay. 1942. *Juvenile Delinquency and Urban Areas*. Chicago: University of Chicago Press
- Smelser, Neil; Swedberg, Richard. (Org.). 1994. *The Handbook of Economic Sociology*. Princeton: Princeton University Press.
- Soares, Glaucio. 2006. *Whose Death is It, Anyway?* In: Ciência e Saúde Pública, 11 (2): 268-275.
- Soares, Luis E. 2000. *Meu Casaco de General: Quinhentos Dias no Front da Segurança Pública no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Companhia das Letras

- Soares, Luis E. 2005. *Cabeça de Porco*. São Paulo: Objetiva.
- Stark, R. 1987. *Deviant Places: A Theory of Ecology of Crime*. In: *Criminology* 25, pp. 841-62.
- Tabachnick, Barbara. 1983. *Using multivariate statistics*. New York: Harper & Row.
- Taylor, Ralph. 2001. *The Ecology of Crime, Fear and Delinquency: Social Disorganization versus Social Efficacy*. In: *Explaining Criminals and Crime*, Raymond Paternoster and Ronet Bachman (eds.). Los Angeles: Roxbury Press, pp. 124-139.
- Thomas, W; Znaniecki, F. 1920. *The Polish Peasant in Europe and America*. Chicago: University of Chicago Press.
- Waiselfisz, 2007. *Mapa das Mortes por Violência*. In: *Estudos Avançados*, 21 (61) 2007.
- Walklate, Sandra. 2005. *Criminology: the basics*. London: Routledge.
- Weber, Max. 1974. *A Política como Vocação*. In: *Ensaio de Sociologia*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Wilson, James; Kelling, George. 1982. *Broken Windows: The police and neighborhood safety*. In: *The Atlantic Monthly*. March 1982.
- Wolfgang, Marvin; Ferracuti, Franco. 2003. *The Subculture of Violence: Towards an Integrated Theory in Criminology*. London: Routledge
- Wuensch, Karl. 2009. *Statistics Lessons*. Disponível em: <http://core.ecu.edu/psyc/wuenschk/StatsLessons.htm>
- Young, Jock. 1986. *The Failure of Radical Criminology*. In: Matthews, R; Young, J. (Eds). *Confronting Crime*. London: Sage.
- Zaluar, Alba. 1996. *A globalização do crime e os limites da explicação local*. In: *Cidadania e Violência*. Velho, Gilberto (org.), Rio de Janeiro: Editora UFRJ.
- Zaluar, Alba. 2000. *Violência, Cultura, Poder*. Rio de Janeiro: Editora FGV.
- Zaluar, Alba. 2001. *Violence in Rio de Janeiro: styles of leisure, drug use, and trafficking*. *International Social Science Journal*, 169, September, 369-378.
- Zaluar, Alba. 2002a. *A Máquina e a Revolta*. 3ª.ed. São Paulo: Editora Brasiliense.
- Zaluar, Alba. 2002b. *Da revolta ao Crime S.A.* 3ª. ed. São Paulo: Editora Moderna.
- Zaluar, Alba. 2004. *Integração perversa: pobreza e tráfico de drogas*. Rio de Janeiro: FGV.
- Zaluar, Alba; Alvito, M. (Orgs.). 2003. *Um Século de Favela*. Rio de Janeiro: Editora FGV.